

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Vanessa Chaves de Jesus de Moraes

**ANÁLISE DO GRAU DE EFICIÊNCIA DO PROERD AFERIDO A PARTIR DA NÃO
ENTRADA NA CARREIRA CRIMINOSA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SUBMETIDAS AO PROGRAMA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE UMA
ESCOLA EM BELO HORIZONTE ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2016**

Belo Horizonte

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Vanessa Chaves de Jesus de Moraes

**ANÁLISE DO GRAU DE EFICIÊNCIA DO PROERD AFERIDO A PARTIR DA NÃO
ENTRADA NA CARREIRA CRIMINOSA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
SUBMETIDAS AO PROGRAMA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE UMA
ESCOLA EM BELO HORIZONTE ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Figueiredo Alves da Silva

Belo Horizonte

2016

Vanessa Chaves de Jesus de Moraes

Análise do grau de eficiência do PROERD aferido a partir da não entrada na carreira criminosa das crianças e adolescentes submetidas ao Programa a partir do estudo de caso de uma escola em Belo Horizonte entre os anos de 2005 e 2016

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.

Belo Horizonte, 2016.

Bráulio Figueiredo Alves da Silva (**Orientador**)

Frederico Couto Marinho (**Examinador**)

RESUMO

O presente trabalho monográfico buscou apresentar uma análise da aplicação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) sob um olhar objetivo. Como medida pública de natureza preventiva cuja meta consiste não apenas em afastar crianças e adolescentes do uso de substâncias psicoativas, principalmente as ilícitas, mas também da violência em geral, a verificação de seu grau de eficiência nada mais é que uma resposta para a sociedade. As Polícias Militares vem executando o Programa desde 1992 no Brasil sob a supervisão do *D.A.R.E. International*, uma ONG norteamericana, mas sua avaliação vem sendo efetuada, em todos os países onde foi implantado, através de métodos subjetivos, como pode ser detectado na revisão bibliográfica elaborada nesta pesquisa. Esta monografia, portanto buscou elaborar um estudo de caso a fim de sanar alguns gargalos identificados em investigações anteriores, bem como verificar a preocupante questão da carreira criminosa. Foi realizada uma contextualização científica e fática do tema, desenvolvendo ainda um levantamento quantitativo de caráter longitudinal que apresentou um panorama com as particularidades inovadoras sobre a discussão deixando como legado um ponto de contato para sua ampliação.

Palavras-chave: PROERD; D.A.R.E; Carreira Criminosa.

RESUMEN

El presente estudio monográfico tuvo como objetivo presentar un análisis de la aplicación de PROERD (Programa de Educación y Resistencia a las Drogas) bajo una mirada objetiva. Como medida pública de carácter preventivo, cuya meta es no sólo alejar a los niños y adolescentes del uso de sustancias psicoactivas, principalmente ilegales, sino también de la violencia en general, la comprobación de su eficacia es nada más que una respuesta a la sociedad. Las Policías Militares han estado ejecutando el Programa desde 1992 en Brasil bajo la supervisión del *D.A.R.E. International*, una ONG norteamericana, pero su evaluación se está realizando en todos los países donde se implementó a través de métodos subjetivos, como puede ser detectado en la revisión de la literatura preparada para esta investigación. Por lo tanto, este trabajo se buscó desarrollar un estudio de caso con el fin de solucionar algunos estrangulamientos identificados en las investigaciones anteriores, y para verificar la cuestión preocupante de la carrera criminal. Se realizó una contextualización científica y factual del tema, desarrollando aún un levantamiento cuantitativo de carácter longitudinal que presentó un panorama general de las características innovadoras de la discusión dejando como legado un punto de contacto para su expansión.

Palavras-chave: PROERD; D.A.R.E; Carrera Criminal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
2. ABORDAGEM SOCIOLÓGICA	11
3. ASPECTOS DA PREVENÇÃO	19
4. PROERD.....	22
4.1 Histórico.....	22
4.2 Regulamentação.....	23
4.3 Centros de treinamento.....	25
4.4 Currículo.....	26
4.5 Custos.....	29
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	33
6. ESTUDO DE CASO	46
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

Discussões relativas à delinquência juvenil vêm sendo travadas em grupos sociais e científicos. O tema vem sendo abordado sobre as mais diferentes vertentes e grande visibilidade vem sendo dada à questão principalmente pelos meios de comunicação. Dada a crescente incidência de crianças e adolescentes como autores de atos infracionais e ingressantes de forma cada vez mais precoce no mundo do crime, o Estado assume um importante papel na adoção de políticas públicas objetivando a contenção deste processo (SÁ, 2009). A existência de resultados estatísticos que apontam para um aumento da criminalidade tem subsidiado a adoção de políticas públicas que objetivam freiar este fenômeno. Dentre estas medidas é possível perceber a importância da cooperação entre Órgãos de Segurança Pública de natureza formal e informal na preservação da ordem. Com base nesta visão interdisciplinar, o Estado de Minas Gerais envida esforços na execução do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) desenvolvido em parceria entre as Escolas e a Polícia Militar com o objetivo de auxiliar crianças e adolescentes a se manterem afastados da criminalidade.

Considerando a importância de medidas preventivas, bem como a análise de viabilidade de sua manutenção, após serem implantadas, necessitam ser submetidas a avaliações para verificar se estão sendo exitosas. Logo, torna-se premente um estudo longitudinal do grau de eficiência do PROERD aferido a partir da não entrada na carreira criminosa das crianças e adolescentes submetidos ao Programa. E tal observação pode ser feita tendo em vista a sua capilaridade e preocupação não apenas com questões referentes às drogas, mas também com atos de violência em geral. Observado a partir de uma dilação temporal será possível entendermos o grau de efetividade do PROERD no processo de rejeição ou abandono de práticas infracionais por crianças e adolescentes e posteriormente sua influência na vida adulta pelo não cometimento de crimes.

Nos dias atuais podemos deparar com várias pesquisas cujos objetos se fixam nas motivações criminosas, mas ainda são raras aquelas vocacionadas à avaliação de pontos que efetivamente coíbem esta escolha pelo crime. E isso é justificável dada a grande dificuldade brasileira em se realizar observações longitudinais por sua complexidade e falta de investimentos em análises desta natureza. As realizadas, em sua maioria, se embasam em aplicação de questionários que por vezes podem mascarar a realidade por serem aplicados em um lapso temporal que pode dificultar uma dispersão histórica.

Diante da lacuna investigatória se torna premente a execução de estudos na direção de

avaliar quantitativamente o Programa tomando por base seu banco de dados em comparação ao banco de dados do módulo de Registro Eletrônico de Defesa Social (REDS) para verificar, pontualmente, se aqueles que foram submetidos ao Programa evitaram as práticas criminosas e em que proporção, não limitando apenas aos registros de ocorrências da Polícia Militar. Isso porque em 2005, por ordem do Governador do Estado de Minas Gerais, foi criada uma Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social (DIAO) que reúne mais de mil e quinhentas naturezas penais e administrativas inseridas neste módulo informatizado para o registro de ocorrências policiais pelas Polícias Civil e Militar, de tráfico urbano e rural, meio ambiente, Bombeiros e outros, que independentemente da origem, constituem uma forma de documentação inicial, com o fim de construir uma base de dados única, formada por todos os Eventos de Defesa Social do Estado (MORAIS, 2016).

Percebemos que a mídia e os juízos de valor da sociedade podem apontar positivamente em uma direção ou causar grandes impactos em outra, como verificamos nas atuais discussões acerca da diminuição da maioria penal. Dentro destes destacamos o efeito alarmante de uma grande divulgação de impunidade no que se refere à execução das medidas socioeducativas, indicando uma reincidência desenfreada (SÁ, 2009). Assim seria possível, em uma segunda análise, demonstrar até mesmo se os dados, em certa medida, apresentariam indícios que referendassem ou não estes relatos de opção por uma carreira criminosa.

Há quase 20 anos conforme Lourdes (2013) o PROERD vem sendo executado em Minas Gerais sem instrumentos formais de controle e monitoramento com certa dose de ousadia e visão empreendedora à qual poderíamos ainda somar uma parcela de subjetividade e esta observada não apenas no Estado, mas em todos os locais aonde hoje o Programa vem sendo aplicado.

Por este motivo esta observação se torna importante já que se esperam resultados para a aplicação de medidas preventivas, contudo, estes nem sempre podem ser vistos de forma rápida, o que pode levar à crença de fracasso fazendo com que a punição seja priorizada em detrimento da prevenção, porque quase sempre esta última não consegue comprovar sequer como seus efeitos positivos se protraem no tempo. O efeito disso, principalmente com o quadro econômico brasileiro atual de contenções de gastos públicos, podem ser a não destinação de verbas hoje investidas no Programa para que sejam empenhadas em outras medidas de caráter imediatista, como por exemplo, o encarceramento.

Inicialmente a ideia era realizar uma análise da cidade de Belo Horizonte que é conformada pela 1ª RPM (Primeira Região de Policiamento Militar) composta por 08

Batalhões Operacionais (1º, 5º, 13º, 16º, 22º, 34º, 41º, 49º) distribuídos em seu território, detectando o bairro de maior concentração de criminalidade em cada Batalhão e neste, por sua vez selecionar uma Escola em que o Programa venha sendo aplicado desde os anos 2000. A escola selecionada por sua vez seria observada até o ano de 2015, se por todos os anos o Programa tivesse sido oferecido seria escolhida outra escola da região para que fosse identificado também um grupo de controle que não tivesse sido submetido ao PROERD. Se considerássemos este corte temporal de 15 anos o aluno que tivesse sido submetido ao Programa na 4ª Série (hoje 5º ano), estando regular, teria por volta de 10 anos à época, ou seja, o corte permitiria um acompanhamento de jovens que no prazo limite da pesquisa contaria com aproximadamente 25 anos de idade e chegaríamos a uma cifra aproximada de monitoramento de mais de 5000 mil jovens.

Contudo, este projeto foi obstado pelo não acesso aos bancos de dados referentes ao Programa e que é de competência da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar (DAOp). Em maio de 2016 iniciaram-se os contatos com aquela diretoria a fim de que estes dados fossem disponibilizados, tendo sido oferecidos apenas os de caráter público e geral que constam nesta monografia, como quantidade de alunos atendidos, escolas, instrutores, custos, dentre outros. No entanto, para a investigação proposta seria necessária a lista de alunos concludentes do PROERD, que não foram disponibilizadas por eles, muito antes pelo contrário, iniciaram um repasse de competências. Foram feitos então diversos contatos, dentre eles com o Núcleo de Prevenção Ativa da 3ª Seção da 1ª RPM, segundo indicação da diretoria, bem como com dois Batalhões seguindo orientação da Região e ambos alegaram que estes dados estavam com a Região, chegando até ser mencionado que estes dados haviam se perdido, mas todos comungavam com a ideia de que estes eram tutelados pela DAOp. Foi ventilado ainda até mesmo que para realização de tal pesquisa seria necessária a intervenção da Secretaria de Educação já que um possível acordo proibiria tal repasse e quando consultados desconheciam totalmente a informação alegando que a Polícia Militar detinha todos estes dados e muito antes pelo contrário teriam grande interesse na pesquisa já que realizam investimentos financeiros no Programa. Ante tantos impasses, por fim, foi solicitado pela diretoria um ofício requisitando formalmente os referidos dados, ainda que comunicações oficiais através de mensagens de intranet institucional tivessem sido realizadas com vários militares do setor responsável. Mas ainda assim, a fim de atender o novo requisito ora proposto foi encaminhado em outubro do corrente ano o referido documento do qual também não se obteve qualquer posicionamento embora não tivessem sido poucas as ligações telefônicas que o objetivassem, chegando a repassarem mensagem para um batalhão

contactado para que não fornecessem repassados quaisquer tipos de dados.

Diante das negativas da Polícia Militar de Minas Gerais foi necessário realizar um corte na análise passando a se pensar em um Estudo de Caso, tomando por base apenas uma escola que se disponibilizasse a fornecer a lista de alunos do referido período. Diante disso, considerados os atrasos na pesquisa por circunstâncias alheias, foi observada a Escola Estadual Aarão Reis, que foi primeira escola contactada e que prontamente ofereceu subsídios para que pudesse ser demonstrado o método quantitativo proposto.

Para lograr alcançar os objetivos elencados nesta monografia buscou-se nos capítulos inaugurais tratar do embasamento sociológico do tema na **seção 2** e a abordagem de aspectos pertinentes à prevenção na **seção 3** dando cientificidade à análise.

Posteriormente foi realizada na **seção 4** a apresentação do PROERD abordando sua evolução histórica, inserção mundial, bem como sua estruturação e regulamentação.

Somente na **seção 5** iniciamos uma revisão bibliográfica relativa à adoção de métodos utilizados para a avaliação do Programa em comento, buscando no cenário nacional e internacional argumentos variáveis adotados que demonstrassem a eficiência de sua adoção.

Subsidiados por esta revisão literária foi possível na **seção 6** então pautarmos a análise do estudo de caso objetivando sanar pontos obscuros observados em outros trabalhos buscando fornecer mais objetividade e credibilidade aos dados obtidos.

Esta monografia, portanto pretende funcionar apenas como uma ponte para demonstrar a necessidade premente da adoção de critérios menos apaixonados e mais objetivos relativos à aplicação do PROERD. Por este motivo na **seção 7** apresentamos alguns pontos que necessitam ser observados para que isso se torne realidade e que em um futuro próximo seja possível contabilizarmos resultados e não meramente utopias.

2. ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

A delinquência juvenil associada a complexas consequências sociais, tem marcado aprofundados estudos que se estendem pelas ciências sociais e humanas como a psicologia, sociologia e o direito. É frequente inclusive apontar o seu crescimento em um “fenômeno dialético e não absoluto”. E destas várias dimensões do problema é percebida uma relação entre adolescência e a transgressão que pode ser obrigatória e relacionada com as formas de socialização, sendo a transgressão muitas vezes utilizada como meio para solução de um conflito.

Para o psicanalista Wagner Ranna (1998), violência pode ser traduzida por manifestações de agressões físicas, sequestros, assaltos, homicídios, suicídios, como também por exclusão social, privações afetivas e violência pulsional. Marilena Chauí (1998, apud RANNA, 1998.) amplia o conceito quando afirma que “existe violência quando um indivíduo ou instituição por meios físicos ou psíquicos impede a manifestação do outro na sua singularidade”. Assim, violência não se traduz somente em delitos e infrações penais, mas em ações que impliquem na limitação da liberdade individual de cada um, seja por gestos ou palavras. Pequenas atitudes agressivas podem gerar sérias complicações emocionais futuras. Sabe-se atualmente que crianças que presenciam atitudes violentas têm mais chances de repetir tais comportamentos do que as que não viveram esta realidade. Portanto, é fundamental minimizar relações que podem resultar violência.

Os jovens, denominados como filhos da liberdade por Oliveira (2008), praticam uma moral de busca, de experimentação, que une coisas que parecem excluírem-se mutuamente como: o egoísmo e o altruísmo, as experiências pessoais e os sentidos coletivos. Para isso, a sociologia da individualização, cujo objetivo central é descrever e analisar a produção dos indivíduos a partir da consideração de grandes mudanças históricas verifica a questão de como o indivíduo integra a sociedade pela socialização ou se libera por meio da subjetivação, propondo a necessidade de mudança de rumo segundo o estudo das capacidades existenciais e sociais do indivíduo de sustentar-se no mundo (CAMAROTTI; DI LEO, 2013).

A socialização em uma definição ampla, pode se afirmar que é um processo que permite à sociedade a transmissão dos modelos culturais de uma geração à outra. Mas esta transferência não é mecânica, não se pode negar o papel dos indivíduos neste processo. Dessa forma a socialização consiste em ensinar e a interiorizar os modelos culturais a uma sociedade (língua, valores, normas e papéis sociais). A família, escola, grupos sociais representam instâncias de socialização. O patrimônio cultural comum, assimilados eficazmente, permite

aos membros da coletividade manter relações saudáveis. Nessa linha de raciocínio, a socialização é o conjunto das aprendizagens dos indivíduos ao longo da vida. As múltiplas experiências vividas pelos indivíduos na sociedade têm interferência durante o processo de interiorização dos modelos. A interiorização é o segundo mecanismo de socialização. O sociólogo e psicólogo George H. Mead demonstrou que as crianças desenvolvem a personalidade se identificando com o outro: os pais, amigos, heróis dos desenhos animados, filmes, etc. A socialização, portanto ocorre até a morte (SILVA, 2007).

Ao tratarmos sobre a delinquência juvenil várias são as teorias que se propõem a explicar o fenômeno. Nesta perspectiva, a Escola de Chicago, representada por Shaw e Mckay (1972), parte do fundamento que a carreira criminal adulta começa em tenra idade e que o melhor caminho para prevenir o crime é exatamente prevenir o desvio nesta faixa etária. Os autores demonstram que a diferença entre os infratores se verifica na mesma proporção da diferença entre os bairros, ou seja, quanto mais estes são desorganizados assim serão os jovens que neles habitam.

O termo carreira é utilizado para descrever o processo em que o indivíduo se dá conta de seu papel desviado. Erving Goffman (1961) inclusive fala de “carreiras morais” que descrevem o curso e o desenvolvimento psíquico, o que significa a personalidade do indivíduo, a identidade e o sentido de si mesmo e de outros. Esta carreira criminosa individual tenderia a uma trajetória com um princípio e um fim, e para isso é necessário examinar a frequência e a trajetória durante o tempo registrado principalmente em três características: o nível de atividade do infrator e mudanças com o tempo; tipos de delitos e suas modificações (especialização e versatilidade); e se é ou não necessária uma escalada na gravidade do delito (SANTOS, 2010).

Para detectar a ocorrência de tais circunstâncias são pertinentes estudos estatísticos para avaliar a existência de uma possível recaída. Estudos de criminalidade têm reportado uma correlação entre as condições sociais e o crime. Um estudo realizado na Dinamarca, por exemplo, encontrou que a frequência de um tipo de delito e sua gravidade foi distinta segundo os diferentes extratos sociais. Este estudo apresentava um cruzamento de informações que passava não só em um único ponto no tempo, senão também mudanças nestas condições durante um período de 13 anos. Este estudo também pode ser descrito como uma investigação longitudinal baseado na ampla seção transversal penal e não penal, a diferença entre eles será as influências que incidem sobre cada idade. Algumas das análises apresentadas nesta pesquisa se baseiam na observação independente da idade. Outras se baseiam somente naqueles que iniciam a atividade delitiva durante o período de estudo. Porém se sabe que

muitos cometem crimes bem jovens. A investigação também mostra que 35% dos estudantes de uma escola primária em um município dinamarquês haviam praticado um ato delinvente antes de cumprir 12 anos e muitos estudos americanos da delinquência aportam dados similares (KYVSGAARD, 2002).

A expressão carreira, da qual se utiliza, caracteriza demandas específicas nas quais um sujeito é parte e demonstra o progresso nos ataques criminosos deste sujeito. Assim, uma carreira criminosa é uma descrição de uma sucessão longitudinal de crimes perpetrados por um delinvente individual (CARVALHO, 2011). A presença de conflitos conjugais associados com o abuso de drogas e álcool, além da criminalidade de seus pais e familiares, são aspectos importantes que levam aos jovens a cometerem um delito e é suporte sobre o qual se investigam as trajetórias penais. As investigações sobre carreiras criminosas devem centralizar-se em quatro medidas de interesse elementares: prevalência, frequências individuais de crime, duração da carreira criminosa e os modelos de gravidade da infração. O tipo de vida adotado pelo delinvente reincidente é o suporte para um modelo de tomada de decisões dirigidas a delinquentes jovens na análise da relação destes modelos com a deliberação dos menores infratores em reincidir. Inclusive no modelo de decisão baseado no tipo de vida adotado pelo delinvente reincidente, o término da carreira está relacionado com o grau de participação no crime, em que o jovem adota o crime como uma carreira, acercando-se do termo como o conceito de profissão. A conduta delitiva depende então de dois fatores: a forma de definir o crime e o quão grave é a conduta. Há dois extremos em carreiras criminosas: uma carreira criminosa na qual o delinvente comete poucos crimes e uma carreira criminosa em que o adolescente é um criminoso de carreira. Assim, os delinquentes de carreiras curtas são importantes para identificar os fatores externos que estimulam o fim prematuro desta carreira. Por outro lado, os criminosos de carreira são importantes para a identificação de delinquentes no início da carreira e assim podem criar projetos de prevenção. E ainda permite perceber certas peculiaridades das atividades delitivas e, por sua vez, guia a ação da polícia a ser adotada prematuramente com o fim de deter esta caminhada podendo diminuir o risco de sua progressão (CARVALHO, 2011).

Os fatores de risco mais importantes na faixa etária dos 8 aos 10 anos para originarem futuros delinquentes são a criminalidade na família, comportamentos de risco, baixa escolaridade, pobreza e má educação por parte dos pais (FARRINGTON, 2006), famílias numerosas, a modelagem de comportamentos desadaptativos através do grupo de pares e ao uso de álcool ou drogas pelos pais ou outro membro da família (HERRERA, 2001). Desta forma, a falta de envolvimento afetivo dos pais, negligência de cuidados físicos, assim como o

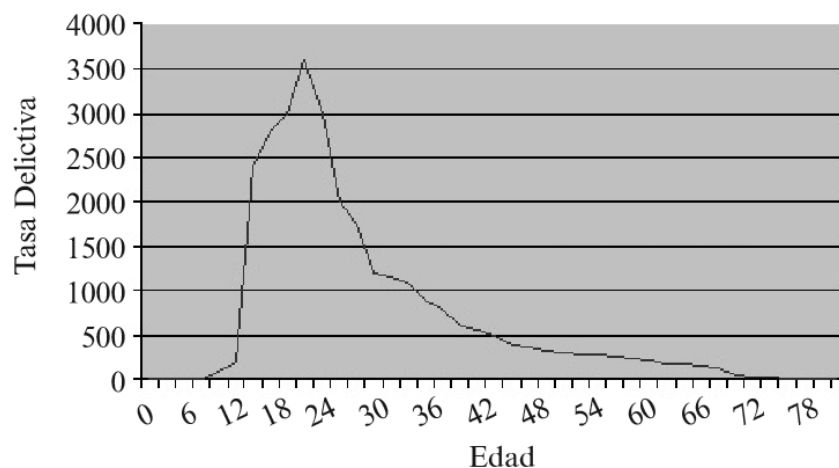
envolvimento com pares desviantes, no início da infância e da adolescência, aumentam o risco de desenvolvimento de comportamentos delinquentes. Assim, pais com comportamentos antissociais têm maior probabilidade de ter filhos que desenvolvam comportamentos delinquentes (GARCIA, 2004). Jovens cujos pais estão envolvidos em atividades criminosas, por si só, podem estar mais envolvidos em atividades delinquentes em comparação com jovens cujos pais não praticam qualquer atividade criminosa. Estes autores afirmam ainda que, a criminalidade do pai, mãe, irmão e/ou irmã é um poderoso fator de delinquência entre os jovens. A presença de violência dentro da família e ter sofrido abusos na infância são dois importantes fatores de risco associados com a delinquência na adolescência e violência na vida adulta.

Segundo o Observatório de Favelas na pesquisa sobre a trajetória dos jovens no tráfico de drogas a maioria dos entrevistados ingressou no tráfico antes dos 15 anos de idade e a maior concentração nesta atividade, cerca de 90%, estaria entre 13 e 18 anos. O estudo aponta ainda vários motivadores e dentre eles a concentração maior se encontra no ganho de dinheiro e que esta ligação se deu primordialmente através de amigos (SILVA, 2006).

Existe uma linha de pensamento dentro da criminologia, a etiologia, que entende que se observarmos o comportamento delitivo de grupos de diferentes faixas etárias perceberia que esta taxa variaria consideravelmente. O gráfico abaixo ilustra a forma típica desta variação: antes dos dez anos a atividade delitiva é praticamente nula, dos dez aos doze a proporção de indivíduos que cometem delitos aumenta notavelmente e ao final da adolescência e princípio da idade adulta atinge sua taxa máxima chegando a quase zero entre os 60 e 65 anos de idade (BIRKBECK, 2006).

Gráfico 1

Una distribución típica de tasas delictivas según la edad



Fonte: Birkbeck (2006).

Este, portanto, torna-se um promissor momento de intervenção para o PROERD cuja atribuição é trabalhar com os temas relativos a drogas e também violência. Outra observação realizada refere-se a um crescimento da delinquência que atinge seu pico entre os 15 e 17 anos declinando com a idade adulta. Nesta perspectiva sociológica é observável dois modelos: Controle Social e a Identidade/Subcultura. Nestes termos a adolescência é apresentada como uma idade aberta e vulnerável ao desvio vinculada a teoria da coesão social de Durkheim tratando da ligação do indivíduo ao grupo (BENAVENTE, 2002).

Torna-se premente quebrar esta sequência evitando o ingresso em uma carreira criminosa. Desta forma não tem como apurar em que medida a educação familiar interfere em um ponto na vida de um indivíduo, mas torna-se inegável que ele se encontra em formação. Até porque já surgem estudos de neurocriminologia nesse sentido o que permitiria, por exemplo, a comparação entre irmãos que embora recebam uma mesma educação materna realizam opções diferentes frente ao crime. O que também poderia nos auxiliar na empreitada de desvendar os porquês embora submetidos a um mesmo programa como o PROERD alguns adolescentes ou adultos venham ou não delinquir.

Contemplamos um debate de anos recentes na criminologia norteamericana sobre a forma e significado da curva idade-delinquência. Para ilustrar este debate podemos analisar as observações de Gottfredson (1983, apud BIRKBECK, 2006) e Hirsahi (1990, apud BIRKBECK, 2006) e Steffensemeier e Allan (1991, apud BIRKBECK, 2006). Gottfredson e Hirsahi argumentam que existe uma associação entre a idade e o comportamento delitivo que mostra a mesma forma em qualquer lugar e qualquer período histórico. Essa associação se observa em uma curva idade-delinquência como a construída, hipoteticamente no gráfico anterior. Esta associação se baseia na apresentação de 08 conjuntos provenientes de 03 países: Inglaterra (prisões e condenações), EUA (prisões, delinquências, infrações cometidas no cárcere, acidente de trânsito) e Argentina (delinquência juvenil) que logo se juntam a outros fenômenos. Cabe ressaltar que a reflexão indutiva sobre a curva idade-delinquência não tem sido muito frequente na criminologia. Steffensmeier e Allan oferecem um inventário das possíveis maneiras de interpretar a maior taxa delitiva normalmente observada entre adolescentes e jovens adultos. Esse inventário compreende 03 dimensões da pessoa: biológica, psicológica e social.

- a) Desenvolvimento Físico: alguns criminólogos apontam que alguns crimes exigem certa capacidade física p. ex. escalar paredes, dominar vítimas, enfrentar golpes, etc. Para isso é necessário um estado físico que não tem as crianças e nem os mais velhos, típico, portanto dos jovens/adolescentes. Até mesmo a Adrenalina move estes

movimentos, muitas vezes intempestivos;

- b) Desenvolvimento Cognitivo: compreende tanto o modo de entender o mundo como o esquema de valores que está imerso no comportamento da pessoa. Adolescentes começam a perceber que existe um conjunto de regras. E dentro deste aspecto poderíamos remeter ao impacto visual que a autoridade policial exerce em uma sala de aula durante a execução do PROERD. E tal ferramenta nesta direção pode ser um facilitador na quebra de um processo de rebeldia doméstica, que perpassam pelo sentido de que os pais não sabem de nada quando neste momento terão seus posicionamentos referendados por uma autoridade em sala de aula;
- c) Desenvolvimento Social: os criminólogos aqui apontam que ao menos em sociedades industrializadas a exclusão social do adolescente tem papel preponderante e aqui poderíamos acrescentar a ideia do consumismo e do empoderamento destes jovens que passam a sentirem-se invencíveis que se agrava com uma falta de limites e disciplina que fazem com que crianças cresçam acreditando que podem fazer de tudo.

Tais dimensões coadunam com os objetivos do PROERD que invida esforços de forma cooperativa entre a Polícia Militar, Escola e Família preparando os jovens para tomada de decisões através do processo educacional a fim de tornarem-se bons cidadãos, resistir às drogas e a violência (MELO, 2016). Assim, a avaliação deste Programa se torna importante ainda ao observarmos que tem sido recorrente a afirmação de autores interligando as drogas com a criminalidade em geral (FERNANDES, 2004). Portanto, a investigação de natureza longitudinal proposta irá permitir diluir no espaço temporal não apenas seu grau de efetividade como também possibilitará a verificação de uma possível existência de carreira criminosa, observada a partir de uma frequência de crimes, que poderá dialogar ou não com o tráfico ou uso de drogas.

Nesta direção podemos observar Jean Piaget, renomado pesquisador suíço, que passou grande parte da vida se dedicando ao processo de raciocínio infantil e cujos trabalhos tiveram grande influência na psicologia da aprendizagem e na pedagogia. Para ele falar de um direito à educação é reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo, enfatizando a manutenção da paz nos faz interpretar que a educação é uma arma muito poderosa, quando se trata do combate à propagação da desarmonia, visando o pleno desenvolvimento da personalidade humana (SOARES, 2012). Piaget (1988, apud SOARES, 2012) criou a ideia do construtivismo sequencial baseado na teoria por ele denominada desenvolvimento motor, verbal e mental fazendo uma divisão em 04 períodos: desenvolvimento sensório-motor; pré-operacional; operações concretas e operações formais e

abstratas. Sendo estas últimas as que interessam nesse estudo, pois somente nelas que a criança e o pré-adolescente devem estar quando cursarem o quinto ano do ensino fundamental (que hoje é o principal foco de atendimento do programa). Pode se destacar que na Etapa do Período Operatório Concreto constitui-se um estágio caracterizado por uma lógica interna constante e pela habilidade de solucionar problemas concretos; daí a necessidade de, ao se trabalhar com a criança nessa idade, dar ênfase a recursos que utilizem sua realidade e que os exemplos usados se aproximem ao máximo possível desta vivência. Verifica-se então a importância dessa fase quando nos referimos a uma idade em que os valores morais não foram internalizados e, por estarem com maior predisposição de assimilar este conteúdo, haverá uma maior eficácia e aprendizado contribuindo para a formação de uma personalidade mais saudável, voltada às normas e regras sociais. Nesse sentido Soares (2012) aponta um dos aspectos trabalhados no currículo do PROERD para o 5º ano que é o fortalecimento destas bases. O período operatório formal ou abstrato inicia por volta dos 11 ou 12 anos e acompanhará o indivíduo até o início da vida adulta em que estará em uma fase de grande descoberta e muito amadurecimento. Passará a realizar operações no plano das ideias sem precisar de referências concretas. A partir do que foi exposto buscamos entender os objetivos do PROERD no tocante a aplicação do currículo metodológico do 5º ano. Tomando por base a educação brasileira o aluno nesta fase estará com 10/11 anos e aí se justifica um dos objetivos do Programa cientificamente:

O programa ainda tem como objetivos destacar a importância de fortalecer a autoestima do aluno, a fim de se relacionar bem com seu grupo e com a sua família; desenvolver o senso crítico, e principalmente conscientizar sobre a importância de tomar boas, sábias e saudáveis decisões para uma vida social positiva. Pois um aluno informado e seguro de si será menos propenso a ser um dependente de drogas no futuro. Ainda estabelece um vínculo de confiança entre a Polícia Militar e a sociedade desde cedo (PEREIRA, 2009).

Pereira (2009) ainda considera que a aplicação do PROERD poderá ter sua eficácia analisada através do desenvolvimento cognitivo da criança/adolescente destacando o processo decisório que é fruto de uma construção que se baseia em valores previamente construídos pelo indivíduo o que faria aplicação eficaz e o faria um Programa de suma importância. Já que segundo Edwin H.Sutherland, criador da Teoria da Associação Diferencial, o crime é aprendido e não herdado como expunha Lombroso, ou seja:

“A associação diferencial é o processo de aprender alguns tipos de comportamentos desviantes, que requer conhecimento especializado e habilidade, bem como a inclinação de tirar proveito de oportunidades para usá-las de maneira desviante. Tudo isso é aprendido e promovido principalmente em grupos tais como gangues urbanas ou grupos empresariais que fecham os olhos a fraudes, sonegação fiscal ou uso de informações privilegiadas no mercado de capitais” (CALHAU, 2012).

Tal perspectiva subsidia o pensamento de Araújo (2008) que trabalha com a Teoria do construtivismo retomando a construção do conhecimento revisitando as obras de Piaget e seus vários colaboradores que alegam que neste processo provoca-se um desequilíbrio do sujeito cognoscente dividido-o em três fases: assimilação (captação do conhecimento), acomodação (o indivíduo cria um novo esquema ou muda o existente) e a equilibração (menor equilíbrio para maior desequilíbrio). Por isso se discute o cunho informativo do PROERD que apresenta a lei para os futuros cidadãos na medida em que o desconhecimento real da norma favorece na prática do crime. Desde o momento desta apresentação é possível afirmar que houve uma interferência no processo formativo deste sujeito, independente dos efeitos e das variáveis outras que possam incidir sobre ele.

3. ASPECTOS DA PREVENÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que cerca de dois bilhões de pessoas consomem bebidas alcoólicas, ou seja, 40% da população mundial acima de 15 anos de idade e dois milhões de pessoas morrem em virtude de suas consequências que vão desde complicações sanitárias até aos atos de violência em virtude de seu uso, inclusive no trânsito.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em 2014 divulgou em seu Relatório Mundial sobre Drogas que cerca de duzentos e quarenta e três milhões de pessoas (5% da população global) entre 15 e 64 anos de idade, consumiram drogas ilícitas no ano de 2012. E nesta direção a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) em 2009 levantou dados junto a escolas da rede pública de ensino fundamental e médio apontando uma média preocupante de iniciação do álcool de 12,5 anos. Assim o abuso de drogas vem sendo associado ao envolvimento em crimes, violência e decadência de valores.

Estes dados são apenas para ilustrar a necessidade premente de mudança desta realidade e são dados como este que levam o Estado a refletir sobre Políticas Públicas que nada mais são que ações oriundas do Governo que assumem um caráter prestacional. São em verdade programas que visam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002). Assim este se torna um mecanismo para as ações que o Poder Executivo planeja ou executa, buscando a satisfação do bem comum e a implementação de um determinado programa com ações voltadas para o atendimento de anseios da população, interferindo de alguma forma na vida em sociedade. Portanto esta é a natureza jurídica na qual se insere o Programa a ser analisado nesta pesquisa (FERNANDES, 2015).

Ainda que haja diferentes classificações com diferentes combinações, independente do nome técnico atribuído a uma medida ou a vinculação a uma ou outra classificação iremos nos ater na pesquisa a medida em si. E nesta direção podemos observar o Sistema Nacional de Política sobre Drogas (SISNAD), instituído pela lei 11.343/06, que objetiva a criação de programas de prevenção e intervenção do usuário na sociedade. Embora o PROERD seja anterior a esta previsão legal é importante saber a existência desta estrutura integrada pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Inclusive a SENAD, que também é anterior à referida lei, carrega desde 2004 o lema de “Luta contra as Drogas” cujo centro de discussão gira em torno da “pessoa humana” em um processo efetivo de debate da Política Nacional Antidrogas.

O Brasil, até o ano de 1998 não tinha uma política nacional específica sobre o assunto.

Somente a partir da realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas, na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas, que as primeiras medidas foram adotadas e apareceram programas de alcance nacional que contribuem direta ou indiretamente na prevenção primária no combate à drogadição. Mas antes disso ainda, no ano de 1992, foi implantado no Estado do Rio de Janeiro o PROERD objetivando a prevenção ao uso de drogas (lícitas e ilícitas), seguido por outros Estados cujo detalhado enfoque histórico será dado mais adiante. Suas estratégias focam não apenas no universo das drogas, mas também no desenvolvimento da competência social, habilidades de comunicação, autoestima, tomada de decisões, resolução de conflitos, objetivo de vida e independência que representam alternativas ao uso de drogas e a comportamentos destrutivos. Representando um esforço cooperativo da Polícia Militar, escola e família, tornando uma praxe o disposto no art. 144 da CF/88 que contempla a segurança pública como um direito, mas também como sendo uma responsabilidade de todos.

Os programas de prevenção devem considerar as necessidades, peculiaridades e resultados e no Brasil são escassas estas publicações. Muitas vezes antes de ser implantado deveria ser verificada a sua necessidade porque do contrário representaria um “modismo político”, não bastando para tanto a visibilidade do programa para que ele seja importante no contexto em que é empregado. Às vezes o seu problema é de execução, representado inclusive por um processo de descontinuidade. E sob este prisma o que em um primeiro momento pode levar a resultados positivos, por sua não manutenção é suscetível de alavancar uma retomada do quadro anterior que pode inclusive retornar ainda pior pela quebra de ciclo.

A educação, como processo social, segundo Duarte (2010) varia bastante, primeiramente pelas diversas formas e maneiras que dão origem a diversos sistemas nacionais, varia de indivíduo para indivíduo, varia de acordo com lugar, tempo, condições socioeconômicas etc. No entanto há sempre um objetivo comum que é que o indivíduo se desenvolva intelectualmente, se adapte e conviva harmoniosamente. Em sociedades modernas cabe ao Estado o papel de incentivar, contribuir e participar da educação do indivíduo, a CF/88 art. 205 fala do preparo para a cidadania e segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 em seu art. 1º, §2º, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e da prática social:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A educação escolar oferecida pelo Estado atinge a quase totalidade dos cidadãos brasileiros, o que faz da escola um lugar ideal para serem tratados assuntos concernentes às necessidades prioritárias da sociedade. Jean Piaget (1994, apud DUARTE, 2010), ao estudar a evolução moral das crianças, além de demonstrar que a formação moral do indivíduo passa por diferentes estágios, desde a infância até a fase adulta, verificou, também, que os aspectos da educação moral não são totalmente natos, resultam do desenvolvimento cognitivo. Emile Durkheim (1984, apud DUARTE, 2010) ao estudar a organização e os problemas da sociedade, enfatizou a importância da escola na educação e na formação do caráter da pessoa, para ele a escola é responsável pelo ingresso da criança na sociedade.

Portanto o Estado tem uma missão importante não apenas em prevenir a criminalidade, mas trazer a sensação de segurança para a população e em algumas situações a proximidade com os órgãos estatais auxiliam neste processo. E como explana Beato (2002) os jovens pertencem a um dos grupos mais vulneráveis à violência e para isso a gestão de programas de prevenção deve ficar ao encargo de equipe multidisciplinar com a mobilização de uma rede interinstitucional para garantir sua agilidade e continuidade. E nesse sentido para alcançar o grau de eficiência desejado a participação dos jovens é importante facilitando o diálogo e sustentação do programa e com isso também induzir a colaboração de vários setores da comunidade.

Nesta direção comungamos com o que diz Antunes (2012) ao descrever que de acordo com a United Nations Children's Fund (UNICEF), ou Fundo das Nações Unidas para a Infância (Agência Brasil, 2011), a avaliação constitui um exame sistemático e objetivo de um projeto ou Programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à oportunidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão. O gargalo deste tipo de investigação está nos bancos de dados:

“A inexistência de cadastros fidedignos desses programas e projetos impede que saibamos o número exatado de iniciativas dessa natureza em curso no país, assim como o montante de recursos neles investido. Menos ainda podemos dizer sobre a efetividade dessas práticas, uma vez que poucas são avaliadas e, quando ocorre, nem sempre os resultados são tornados públicos.” (SILVEIRA; PEIXOTO, 2010).

E é neste diapasão que trazemos para análise o PROERD como sendo um programa de prevenção cujo grau de eficiência necessita ser analisado a fim de que se justifiquem os investimentos e esforços despendidos em sua execução.

4. PROERD

4.1 Histórico

O Programa surge nos Estados Unidos no final da década de 70 e início de 80 como resultado da reunião do Chefe do Departamento de Los Angeles Daryl F. Gates com o Dr. Harry Handler Superintendente do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles para discutirem o ciclo gerador do uso abusivo de drogas e as condutas com ele relacionadas. Desta reunião resultou no lançamento em 1983 do programa educacional *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.) após observarem o grau de confiança dos alunos nos policiais. Para tanto ficou convencionado que os currículos deveriam ser aplicados por policiais fardados representando uma extensão das atividades de polícia comunitária. O Programa atingiu uma extensa popularidade expandindo-se por todo o país considerado hoje como um dos maiores programas de prevenção dos Estados Unidos que inclusive não é administrado pelo Estado e sim por uma Organização Não-Governamental (ONG) denominada *DARE America*, que detem a propriedade da marca e os direitos autorais do programa em todo o mundo. Para gerir e controlar a expansão internacional foi criada uma divisão intitulada *D.A.R.E. International* que atualmente é ministrado em todos os 50 Estados do país e seu currículo já foi traduzido para 13 línguas e é aplicado em 44 outros países: Antígua e Barbuda, Anguilla, Barbados, Bélgica, Bolívia, Brasil, Ilhas Virgens Britânicas, Canadá, Ilhas Cayman, Colombia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, El Salvador, Ilhas Falkland, Finlândia, Alemanha, Grenada, Guatemala, Honduras, Hungria, Islândia, Itália, Japão, México, Micronésia, Países Baixos, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Filipinas, St. Kitts and Nevis, Santa Lucia, St. Maarten, São Vicente e Granadinas, Coreia do Sul, Espanha, Tailândia, Turquia, Reino Unido, Trinidad e Tobago, Ilhas Virgens Americanas. No caso brasileiro somente as Polícias Militares receberam autorização para desenvolvê-lo e utilizar a marca/currículos, observando suas políticas e procedimentos para que seja mantida sua autorização de funcionamento e os integrantes destas instituições assumiram uma responsabilidade compartilhada de proteger a marca e os currículos contra o uso não autorizado.

Na primeira década de existência o currículo do Programa recebeu severas críticas de pesquisadores e cientistas que já naquela época questionavam sua efetividade, o que acarretou em mudanças em seu currículo atual.

No Brasil o PROERD foi implantado em 1992 no Rio de Janeiro na Polícia Militar através do Comandante Geral da Instituição Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira

que conheceu o D.A.R.E. nos Estados Unidos realizando uma parceria entre o Consulado daquele país e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) onde vinte e nove policiais foram capacitados em 17 de agosto de 1992 recebendo a versão em língua portuguesa sendo intitulado da forma como hoje conhecemos.

Após a sua aceitação no Rio de Janeiro o programa expandiu para o Estado de São Paulo e gradativamente para outras regiões do país e em meados de 2001 o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) institucionalizou o PROERD como seu projeto de prevenção primária ao uso e abuso de drogas no Brasil, em conformidade com as deliberações da Carta de Fortaleza.¹

Em Minas Gerais a Polícia Militar iniciou as ações no PROERD a partir da capacitação de cinco policiais militares que concluíram em 31 de outubro de 1997 o Curso de Formação de Instrutores promovido pela Polícia Militar de São Paulo. Em 02 de fevereiro de 1998 foi assinado um protocolo de intenções entre a Prefeitura de Uberlândia e a fração da PMMG para execução experimental do Programa em algumas escolas da rede pública municipal. Posteriormente ele foi estendido para outras cidades de Minas Gerais: Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Montes Claros e Varginha. Apenas após 2001 que se institucionalizou através da Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 01/002-CG; em novembro de 2002 foi capacitada uma equipe com cinco multiplicadores do Programa; em 2004 veio a Instrução nº 3001.7/04-CG criando o núcleo de Prevenção Ativa que ficou responsável por sua expansão e fortalecimento no Estado onde em 2005 a PMMG foi diplomada como Centro de Treinamento Internacional do Programa. Com isso desde a sua implantação o PROERD atendeu mais de três milhões de crianças, adolescentes e pais e na atualidade está sob a Coordenação da Diretoria de Apoio Operacional (DAOp) da PMMG que em 2010 alterou novamente a DPSSP e criou vários outros documentos normativos que vieram na sequência.

4.2 Regulamentação

O PROERD se encontra regulamentado em nível nacional através do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares

¹ Carta de Fortaleza, aprovada durante o IV Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Defesa Social. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/informacaoDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=804&titulo=Cidadania%20&action=detail>>. Acesso em 06 Ago. 2016.

(CNCG – PM /BM), constituindo-se em uma das Câmaras Técnicas. Essas Câmaras Técnicas (CT) foram criadas e seus integrantes nomeados pelo Presidente do CNCG – PM/BM, de acordo com o previsto no art. 17, inciso VI, do Estatuto do CNCG – PM/BM e por meio da Portaria nº 0003/2010 de 29 de junho de 2010, com a finalidade de tratar de interesses administrativos e operacionais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, mediante estudos e propostas relacionadas a assuntos estratégicos representando ações integradas de desenvolvimento técnico-operacional conforme Portaria nº 013/2010 de 30 de novembro de 2010 (SOARES, 2012).

Em Minas Gerais existe uma série de documentos regulamentadores como pode ser vislumbrado na tabela abaixo:

Tabela 1

documentos normativos vigentes no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, relativos à prevenção às drogas e policiamento escolar

Tipo	Número	Data	Ementa
Memorando	860.41/2012-DAOp	01/10/2012	Orientações sobre emprego dos Instrutores do Proerd
Instrução	3.03.09/2011-CG	18/03/2011	Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente escolar
Memorando	30.990.41/10-DAOp	23/06/2010	Regula o conceito de emprego de viaturas Proerd
DPSSP	3.01.03/2010-CG	17/05/2010	Regula a atuação da PMMG na prevenção da demanda e da oferta de drogas
DPSSP	3.01.04/2010-CG	17/05/2010	Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela PMMG

FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

A Diretriz de Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010 – CG, principal documento sobre o tema no Estado, regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais e traz como objetivo geral: “dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência, com observância das normas institucionais, filosofia do Programa e alinhados às políticas estabelecidas”. E como objetivos específicos:

- Empoderar jovens estudantes com ferramentas que lhes permitam evitar influências negativas em questão afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção e suas habilidades de resistência;
- Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais e outros líderes da comunidade;
- Permitir aos estudantes enxergarem os policiais como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização;
- Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e o público infante-juvenil;
- Replicar informações e Políticas Públicas relacionadas à prevenção de drogas e violência;
- Abrir um diálogo permanente entre a “Escola, a Polícia Militar e a Família”, para discutir questões correlatas no eixo droga. (POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2010).

4.3 Centros de Treinamento D.A.R.E./PROERD

Os Policiais PROERD, instrutores do Programa, são formados por um corpo docente composto por outros policiais mais experientes na aplicação do programa e que receberam uma capacitação específica para tornarem-se multiplicadores (são os Facilitadores e Mentores do PROERD) além de profissionais pedagogos especialistas em educação. Esse corpo docente forma a chamada Equipe de Treinamento PROERD. Algumas instituições policiais participantes do Programa podem constituir uma equipe e solicitar ao D.A.R.E. America ou ao D.A.R.E. International o reconhecimento como Centro de Treinamento D.A.R.E./PROERD. Em suas Políticas e Procedimentos, o D.A.R.E. estabelece normas que definem padrões para Centros de Treinamento, com o objetivo de garantir a integridade e continuidade dos currículos e da aplicação do programa, com fidelidade aos modelos originais. Essas normas objetivam, ainda, assegurar que todas as atividades de capacitação sejam de alta qualidade e uniforme entre todos os Centros de Treinamento. Dentre as inúmeras normas estabelecidas para Centros de Treinamento, destacam-se as seguintes:

Somente os Centros de Treinamentos reconhecidos e chancelados pelo D.A.R.E. International estão autorizados a conduzir atividades de treinamento relacionadas ao programa D.A.R.E./PROERD;

Os Centros de Treinamento devem garantir que todo treinamento ofertado possa preparar efetivamente os policiais do PROERD para aplicar os currículos, e deve assegurar que sejam preservadas a integridade (fidelidade no treinamento e aplicação) e a continuidade do programa;

O D.A.R.E. International manterá um processo formal de monitoramento e credenciamento dos Centros de Treinamento Internacionais, por meio de visitação e observação presencial, sendo essa supervisão obrigatória para o regular credenciamento, correndo as despesas com essa atividade por conta do Centro de Treinamento solicitante da chancela ou da renovação de chancela. (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2010).

Atualmente existem no Brasil sete Centros de Treinamento Internacionais D.A.R.E./PROERD, quais sejam: Rio de Janeiro (1992), São Paulo (1993), Distrito Federal (1998), Santa Catarina (1998), Minas Gerais (2005), Rio Grande do Sul (2012) e Rio Grande do Norte (2012).

Em 11 de março de 2005 a Polícia Militar de Minas Gerais obteve do D.A.R.E. International a sua primeira chancela de Centro de Treinamento Internacional, como resultado da experiência institucional no programa, estratégias e metas bem definidas e fidelidade aos currículos originais do D.A.R.E., adquirindo assim autonomia para conduzir a capacitação de seus profissionais e gerir o desenvolvimento do programa.

Minas Gerais foi, à época, o nono Centro de Treinamento reconhecido e chancelado fora dos EUA. A elevada qualidade da PMMG na condução das atividades de Centro de

Treinamento, em estrita observância às Políticas e Procedimentos do D.A.R.E., conduziu à renovação dessa chancela em 2011, com validade para o triênio 2012-2014, uma vez que a partir de então o D.A.R.E. International estabeleceu que toda chancela de Centro de Treinamento deveria ser renovada a cada três anos. Em julho de 2015, O Major Hudson Ferraz, representando a PMMG, compareceu à 28ª Conferência Internacional do D.A.R.E., na cidade de New Orleans, Louisiana – EUA, onde se reuniu com Diretores do D.A.R.E. International e representantes dos outros seis Centros de Treinamento do Brasil, para negociarem a renovação das respectivas chancelas. Naquela ocasião, porém, os Diretores Internacionais do D.A.R.E. informaram que o credenciamento de todos os Centros de Treinamento do Brasil (bem como os de outros países) permaneceria temporariamente suspenso com o objetivo de dar cumprimento ao disposto nas Políticas e Procedimentos vigentes. Nesse sentido, ficou definido que, para obter o credenciamento, cada Centro de Treinamento Internacional deveria planejar um Curso de Formação de Instrutores PROERD, com duração de duas semanas (80 h/a) e viabilizar o comparecimento de um Facilitador do D.A.R.E. International para avaliar a qualidade do treinamento bem como a fidelidade aos currículos originais e, ao final, emitir relatório opinando sobre a renovação da chancela. Diante deste cenário, a PMMG trabalha atualmente no planejamento de um Curso de Formação de Instrutores PROERD e busca viabilizar a vinda de um facilitador do D.A.R.E. International, com o objetivo de obter renovação de sua chancela de Centro de Treinamento Internacional, para manter sua autonomia e capacidade de expansão do programa, sempre em conformidade com o que preconizam as leis, os regulamentos e as Políticas e Procedimentos do D.A.R.E.²

4.4 Currículo

Inicialmente o currículo do D.A.R.E. foi desenvolvido por policiais e professores do ensino fundamental da cidade de Los Angeles objetivando reduzir o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre crianças e adolescentes, buscando a melhora do relacionamento entre comunidade e polícia o que originou críticas da comunidade científica a respeito de sua eficiência. Nesta direção o primeiro estudo sobre o Programa foi publicado em 1994 tendo sido financiado pelo Departamento de Justiça Americano que indicavam uma pequena redução com relação ao uso do álcool e tabaco e nenhuma com relação à maconha e em 2009

² Traduzido e adaptado a partir de informações do D.A.R.E. America. Disponível em: <<http://www.dare.org/d-a-r-e-american-policies-procedures/>>. Acesso em: 06 Ago. 2016.

um relatório da Justiça americana citou 30 avaliações posteriores nas quais também não houve melhora significativa em longo prazo. Diante deste quadro a partir de 1998 novas abordagens foram sugeridas com base nas pesquisas realizadas para que em vez de lições informativas fosse realizada uma construção prática do conhecimento. Daí surgiu o “Keepin it REAL” no Brasil denominado “Caindo na REAL” desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade da Pensilvânia – EUA, Dr. Michel Hecht e Dra. Michelle Miller Day. Este currículo, destinado ao 5º ano do Ensino Fundamental, busca desenvolver quatro habilidades e os do 7º permite a aplicação de estratégias e orientações para não envolvimento com drogas e violência.

Para subsidiar esta mudança foi publicada em 2003 uma pesquisa que envolveu 6 mil alunos em diversos momentos ao longo de dois anos que foi lastreada pela aplicação de questionários indicando então uma redução no consumo do grupo de controle, inclusive daqueles que já usavam antes da participação do Programa. Tal resultado levou inclusive à mudança ou diminuição do grau de manifestação de pesquisadores que acreditavam em sua ineficácia através da perspectiva de sua interferência insignificante.

O currículo tradicional do programa constituía um método de palestras dividido em 17 sessões, sendo uma por semana, conforme tabela abaixo:

Tabela 2

Semana	Tópico
1	Segurança pessoal
2	Uso e abuso de drogas
3	Consequências do uso e do não uso de drogas
4	Resistindo à pressão para usar drogas
5	Técnicas de resistência – maneiras de se dizer não
6	Construindo auto-estima
7	Afirmação pessoal
8	Lidando com o estresse sem o uso de drogas
9	Influência midiática no uso de drogas
10	Fazendo decisões e se arriscando
11	Alternativas ao uso de drogas
12	Outras atividades
13	Aula planejada pelo policial
14	Comportamentos-Modelos
15	Sumário do Projeto DARE
16	Tomando uma atitude quando pressionado a usar drogas
17	Formatura

Fonte: LUNDMAN, Richard J. *Prevention and Control of Juvenile Delinquency*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 71.

Atualmente, todos os currículos são apropriados para cada faixa etária, fundamentados em pesquisa científica e escritos por um painel de especialistas curriculares e de prevenção, estando em consonância aos parâmetros curriculares nacionais (no Brasil) e aos padrões educacionais fundamentais da saúde, artes da linguagem e matemática (nos Estados Unidos). Os cinco currículos educacionais representam uma ação permanente do Estado na prevenção primária e formam um sistema completo no qual os conceitos e habilidades enfatizadas pelo Programa são desenvolvidos de forma gradual e progressiva, desde o jardim de infância até o Ensino Médio, contando ainda com um currículo especial que prepara adultos para ajudar as crianças e adolescente a colocarem em prática esses conhecimentos. São eles (MINAS GERAIS, 2010):

- a) Currículo Infantil – destinado a crianças na faixa etária de 5 a 9 anos de idade cronológica (Pré-escola e 1º ao 4º anos iniciais do Ensino Fundamental), com foco na realização de atividades lúdicas para desenvolvimento das primeiras noções de cidadania, segurança pessoal e de práticas saudáveis;
- b) Currículo para Crianças – destinado a crianças na faixa etária de 10 anos de idade cronológica ou mental, aplicado no 5º ano do Ensino Fundamental, com um mínimo de 10 (dez) encontros (um a cada semana). Desenvolve estratégias e habilidades para a tomada de decisão segura e responsável. Possui lições específicas sobre “Bullying” e “Conversa em Família”, envolvendo os pais no aprendizado do aluno.
- c) Currículo para Adolescentes – destinado a adolescentes na faixa etária de 12 anos de idade cronológica ou mental, que estejam cursando o 7º ano do Ensino Fundamental, com ênfase na participação ativa dos alunos em debates sobre situações de pressão e risco para definir estratégias que os permitam evitar e afastar se dessas situações danosas. Currículo aplicado com um mínimo de 10 (dez) encontros (um a cada semana);
- d) Currículo para o Ensino Médio – destinado a jovens na faixa etária de 15 a 18 anos de idade cronológica ou mental que estejam cursando o Ensino Médio (aplicado preferencialmente no 1º ano), com o objetivo de ampliar e consolidar as maneiras de se utilizar informações sobre drogas e violência para fazer escolhas positivas, com especial foco na gerência do controle emocional. Este currículo está em fase de revisão científica e metodológica pelo D.A.R.E. America junto a universidades parceiras;
- e) Currículo para Pais – destinado a pais/responsáveis com um mínimo de 05 (cinco) encontros de duas horas para compartilhamento de informações e desenvolvimento de habilidades que os habilitam a ajudar crianças e adolescentes a fazerem escolhas seguras e responsáveis na autocondução de suas vidas;
- f) Programas Comunitários – currículo educacional em formatação mais flexível. Permite a participação de qualquer adulto (a partir de 18 anos de idade) e tem como foco dotar a comunidade de informações relevantes para a solução de problemas locais, previamente diagnosticados, relacionados à questão das drogas e/ou da violência.

Esse novo currículo do D.A.R.E. KIR (Keeping in Real) Caindo na Real foi implementado em 2013 e já foi submetido à avaliação e também houve muita crítica contra ele com relação ao uso de drogas e não violências em geral alegando que houve queda apenas no uso de tabaco o que não ocorreu com álcool e maconha. E o relatório que criticou o Programa foi baseado em um questionário. Ainda em uma busca no site há uma resposta dada

a um artigo publicado no “New York Times”, em que o Jornalista Ms. Szalavitz’s fez críticas ao Programa quanto a sua não eficiência, e trouxe críticas baseadas antes da mudança do currículo, inclusive se baseando apenas na análise de drogas quando em verdade o Programa hoje possui outros focos como violência, bullying, internet segura e outros riscos que o estudante pode enfrentar em sua vida diária e decida na direção de uma vida saudável.³

4.5 Custos

A manutenção do efetivo capacitado no PROERD depende de constantes investimentos em cursos de capacitação. Na tabela abaixo, temos a descrição atualizada do quantitativo de policiais capacitados em Minas Gerais. Destaca-se, antecipadamente, que policiais dos três níveis descritos estão aptos a aplicar os currículos D.A.R.E./PROERD junto às escolas, entretanto, apenas os Mentores e Facilitadores compõem a Equipe de Treinamento habilitada a conduzir cursos de formação e atualização de Policiais PROERD.

Tabela 3

efetivo Proerd por nível de qualificação no programa - atualizado em Março de 2016

POLICIAIS MILITARES	QUANTIDADE
Instrutores (executores)	604
Mentores (multiplicadores)	46
Facilitadores (coordenadores de curso)	12
Total em Minas Gerais:	662

FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

Os Policiais PROERD desenvolvem o Programa em todas as regiões do Estado, atendendo e capacitando crianças, adolescentes e pais em inúmeros municípios e escolas das redes públicas e privadas. Nas próximas tabelas abaixo, temos a descrição do atendimento realizado a cada ano, desde a implantação do Programa em Minas Gerais:

³ D.A.R.E. Posted on August 21, 2014 by D.A.R.E. in News. 21st century D.A.R.E. – Different yhan the D.A.R.E. you may have know. Disponível em: <<https://www.dare.org/21st-century-d-r-e-different-d-r-e-may-known>>. Acesso em 14.Ago.16.

Tabela 4

policiais, municípios e escolas envolvidas

REFERENTE AO ANO	QUANTIDADE		
	Policiais do Proerd	Municípios Atendidos	Escolas Atendidas
2015	662	395	2.764
2014	703	276	1.907
2013	699	474	3.216
2012	655	483	3.281
2011	644	480	3.359
2010	667	543	3.736
2009	624	456	3.383
2008	558	394	3.476
2007	600	394	3.202
2006	480	390	2.815
2005	480	343	3.719
2004	269	267	1.502
2003	233	137	1212
1998 a 2002	Prejudicado	Prejudicado	Prejudicado

FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

Tabela 5

atendimento consolidado por currículo e total de pessoas

REFERENTE AO ANO	QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS				
	Currículo Infantil	Currículo para 5ºAno	Currículo para 7ºAno	Currículo para Pais	Totais por Ano
2015	25.607	128.433	37.182	3.651	194.873
2014	72.373	71.032	27.880	1.358	172.643
2013	36.268	150.369	49.365	1.578	237.580
2012	15.702	168.868	45.315	1.538	231.423
2011	15.886	204.338	26.931	2.274	249.429
2010	36.041	203.607	48.453	4.877	292.978
2009	-	186.214	136.667	6.918	329.799
2008	-	225.042	86.952	2.034	314.028
2007	-	180.740	71.682	-	252.422
2006	-	176.122	50.714	-	226.836
2005	-	215.569	-	-	215.569
2004	-	147.569	-	-	147.569
1998 a 2003	-	145.566	-	-	145.566
TOTAL GERAL DE PESSOAS ATENDIDAS DE 1998 A 2015:					3.010.715

FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

O desenvolvimento do PROERD depende de investimentos financeiros anuais para a constante capacitação dos policiais envolvidos, bem como para a aquisição dos materiais didáticos fornecidos às crianças, adolescentes e pais atendidos pelo Programa. A destinação permanente de recursos anuais pelo poder público poderia potencializar sua expansão, de forma a aumentar o atendimento gradativamente, até atingir a totalidade dos municípios e escolas mineiras. Sem uma legenda orçamentária própria, o PROERD tem sido mantido com

investimentos pontuais, captados por sua Coordenação Estadual a cada exercício financeiro, conforme descrito na tabela abaixo:

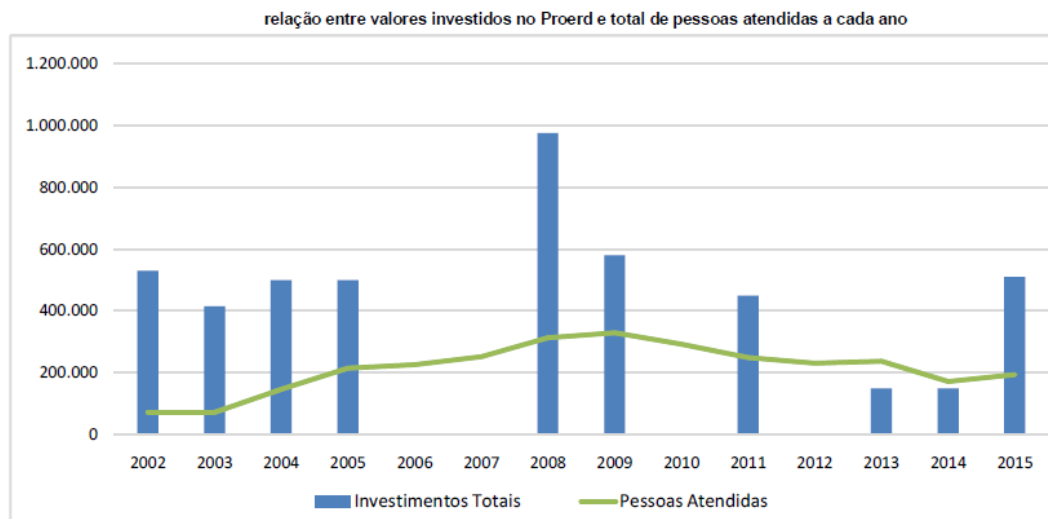
Tabela 6

REFERENTE AO ANO	VALORES EM REAIS				Especificação dos investimentos aplicados a cada ano
	Recurso Federal	Recurso Estadual	Outros Recursos	Totais por Ano	
2015	0,00	150.000,00	360.000,00	510.000,00	– Recursos da SEE (150 mil) alocados em 20/11/2014 e recursos do Convênio nº 84.862/2014-FIEMG (360 mil), ambos para aquisição de materiais didáticos;
2014	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	– Recursos da PMMG descentralizado para aquisição de materiais didáticos;
2013	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	– Recursos da SEE para aquisição de materiais didáticos;
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	– Houve utilização de saldo de recursos financeiros anteriores;
2011	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00	– Recursos da SEDS (300 mil) para cursos e um seminário, concretizados somente em 2012, e recursos da PMMG (150 mil) para aquisição de materiais didáticos;
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	– Houve utilização de saldo de recursos financeiros anteriores;
2009	0,00	580.000,00	0,00	580.000,00	– Recursos da SEDS para cursos e um seminário;
2008	0,00	975.000,00	0,00	975.000,00	– Recursos da SEDS, sendo 675 mil para seminário/cursos e 300 mil para aquisição de materiais didáticos;
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	– Houve utilização de saldo de recursos financeiros anteriores;
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	– Houve utilização de saldo de recursos financeiros anteriores;
2005	400.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	– Recursos alocados através do Convênio nº 031/05-SENASP/MJ;
2004	400.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	– Recursos alocados através do Convênio nº 140/04-SENASP/MJ;
2003	223.652,00	192.213,90	0,00	415.865,90	– Recursos alocados através do Convênio nº 043/03-SENASP/MJ.
2002	405.587,13	124.500,00	0,00	530.087,13	– Recursos alocados em 2002 através do Convênio nº 53/02-SENASP/MJ. Não há histórico de investimentos nos anos anteriores.
Total de investimentos de 1998 a 2015: R\$ 4.760.953,03					
Total de pessoas atendidas de 1998 a 2015: 3.010.715					
Custo médio por pessoa atendida: R\$ 1,58					

FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

Os valores da tabela acima representam apenas os investimentos financeiros diretos, utilizados para a realização de cursos, seminários e confecção dos materiais didáticos (livros e certificados para as pessoas atendidas). Não foram considerados aqui os investimentos indiretos, como o custo de utilização das salas de aula das escolas envolvidas ou o valor das horas trabalhadas dos policiais militares e dos professores que acompanham as aulas nas respectivas turmas. O gráfico abaixo mostra que o volume de investimentos está diretamente relacionado ao aumento ou à diminuição do número de pessoas atendidas a cada ano:

Gráfico 2



FONTE: Polícia Militar de Minas Gerais / DAOp.

Conforme descrito na tabela de investimentos diretos, na série histórica de 1998 a 2015 o custo médio por cada pessoa atendida é de apenas R\$ 1,58 (um real e cinquenta e oito centavos). Considerando-se que os resultados do Censo Escolar de 2015 revelaram existir um pouco mais de 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais de Minas Gerais, seriam necessários investimentos financeiros de aproximadamente R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) ao ano para atendermos a totalidade das crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais, com um programa de prevenção fundamentado em evidência científica para redução do uso de álcool, tabaco e outras drogas. O investimento necessário para aplicar o PROERD em todas as escolas do Estado é relativamente muito baixo, se considerarmos o elevadíssimo custo social causado pelo uso ou abuso dessas substâncias, estimado em mais de cem bilhões de reais por ano. Até mesmo em um comparativo com os Estados Unidos (EUA), verifica-se o baixo custo do PROERD em Minas Gerais. Edward M. Shepard, doutor em economia e professor da Le Moyne College em Nova York, realizou uma detalhada pesquisa em 2001 para mensurar os custos diretos e indiretos do D.A.R.E. nos EUA (cinco espécies de custos foram avaliadas: serviço do policial; treinamento no programa; custos administrativos; materiais didáticos; e uso da estrutura escolar) e concluiu que os investimentos anuais ficavam entre 1 bilhão e 1,3 bilhões de dólares, com um custo total estimado entre US\$ 175,00 (cento e setenta e cinco dólares) a US\$ 270,00 (duzentos e setenta dólares) por aluno atendido anualmente. Segundo o próprio D.A.R.E. America, só o custo do Livro do Estudante nos EUA é de US\$ 1,29 (um dólar e vinte e nove centavos), mais que o dobro do custo médio por pessoa atendida em Minas Gerais.

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS AVALIAÇÕES DO PROERD

Em 2007 no Brasil pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) juntamente com o *Pacific Institute for Research Evaluation* (PIRE) dos Estados Unidos fizeram uma análise dos resultados do PROERD quatro anos após a aplicação do currículo em São Paulo. Foram analisados através de questionários 5.713 alunos da 8ª série em 61 escolas. O que em nossa pesquisa detectamos como sendo um problema já que avaliou alunos que continuam na sequência dos estudos desconsiderando índice de evasão e ainda o fez através de questionários, o que tomamos como sendo frágeis os resultados obtidos através desta técnica investigativa para o fim proposto. Os resultados não se distanciaram dos obtidos nos EUA, que, também adotou a mesma metodologia. Muitas avaliações se baseiam em percepções obtidas principalmente através de questionários, o que consideramos temerária dado o seu grau de subjetividade.

Ao avaliar um programa é importante não perder o foco de que esta avaliação interessa basicamente a três grupos: os que coordenam este programa, seus destinatários e as possíveis vítimas devido à falha de sua aplicação, sendo necessário haver um equilíbrio entre os interesses de cada um. Para isso é necessária uma definição de estratégias analisando as variáveis que podem contribuir com o seu desenvolvimento, contando com os pontos de vista críticos e os custos de implementação. Por isso o significado da palavra “avaliação” está ligado à ideia de atribuição de valor que sofrerá influências dos gestores do programa e de quem a realiza e, por este motivo, o pesquisador deve fazê-la desprovido de sentimentos de paixão a fim de evitar interferências (GIMENIZ-PASCHOAL; SILVA; 2010).

Nesta sistemática existem várias propostas de avaliação do PROERD de caráter nacional e internacional, contudo quando vamos à base de dados do Google Acadêmico, as publicações disponíveis versam sobre avaliações de caráter subjetivo que partem das impressões da comunidade escolar avaliada a partir da aplicação de questionários. Outra base de dados importante é o Ementário de Monografias da Polícia Militar de Minas Gerais que contempla em seu bojo várias pesquisas referentes ao Programa, contudo a metodologia de avaliação desta política pública segue os mesmos critérios. Nas bases de dados Scielo, Lilacs, Cochrane e Eric os resultados obtidos também apresentam caráter discricionário dos pesquisadores. Nem mesmo os métodos que estão sendo utilizados para avaliar o Programa não guardam entre si uma uniformidade quanto aos instrumentos avaliativos empregados. Cabe ressaltar ainda que a maioria das pesquisas não é disponibilizada de maneira integral, dificultando a análise dos resultados em comparação.

Neste processo de avaliação quando observamos inclusive as pesquisas desenvolvidas em outros países elas devem ser ainda mais criteriosas tendo em vista que os valores considerados em cada país são distintos. Por exemplo, o Sistema Juvenil Americano possui uma forma diferenciada de tratar a criminalidade a partir da natureza dos fatos praticados, logo também serão diferenciados os enfoques dados à prevenção. Nos EUA como no Brasil existem atos definidos pela legislação penal e que aplicam também a adolescentes, mas existem atos ilegais que se cometidos por menores serão denominados como atos ofensivos como: “truancy” que é a ausência injustificada à escola; “violation curfew” permanência na via pública após horários determinados pelo poder público; “running away from home” fugir de casa. A própria natureza da corte Juvenil Americana é a de reabilitação não permitindo que pessoas imaturas evoluam para uma falta de regramento futuro. E esse enfoque nasceu principalmente porque naquele país houve um aumento da delinquência entre os anos 60 e 70, principalmente dos crimes violentos, gerando uma política mais agressiva, fazendo com que o Estado intervenha na fase pré-delinquencial (destinado a toda a população juvenil, identificando os com maiores propensões e tratando), pré-processual (controlando a delinquência procurando afastá-lo do sistema judiciário, decidindo sobre tratar ou processar) e pós-processual (controla a execução da pena e a reinserção social mediante controle). Sob esta perspectiva segundo a organização do D.A.R.E. o Programa beneficia não só os alunos, mas toda a comunidade já que cria uma visão mais humana do departamento de polícia, permitindo aos adolescentes ao visualizar os policiais como pessoas que podem lhes ajudar ao invés de apenas repreender criando um canal de comunicação. Nos EUA é possível verificar e perceber esta diferenciação entre a aplicação nos currículos do D.A.R.E. como é o caso do Projeto D.A.R.E Long Beach na Califórnia que foi o currículo mais tradicional do Programa que por causa de suas particularidades ficou muito adstrito às questões referentes às drogas e redução de crimes violentos através da inibição da formação de gangues buscando principalmente o aumento da auto-estima das crianças e adolescentes (VARISCO, 2013). Mas, o enfoque dado na Califórnia pode não ser o suficiente para outras localidades, então estas identidades precisam ser mais bem avaliadas.

O Brasil é o segundo maior país difusor do D.A.R.E., sendo que a capacitação mineira evoluiu rapidamente, mas apesar desta rapidez são raros os estudos científicos feitos por acadêmicos para avaliação que se propõe a verificar o impacto e o processo de execução do Programa. Esta lacuna está de alguma forma associada à ausência de metodologia e instrumentos para avaliação. Logo, se os resultados não forem avaliados não há como distinguir seu sucesso de um eventual insucesso. Os próprios coordenadores do D.A.R.E. nos

EUA não estabelecem um padrão de orientação para sua avaliação. Tal circunstância tem contribuído para que cada pesquisador crie seu próprio critério e faça sua análise, avaliando aleatoriamente se o Programa consegue atingir sua efetividade mantendo os jovens longe das drogas e da prática criminal (LOURDES, 2013).

A fim de orientar esta jornada Lourdes (2013) contribui significativamente neste processo quando fez um levantamento das avaliações realizadas no Brasil e EUA sobre o Programa:

Tabela 7

Resumo das avaliações feitas nos EUA

Estudo (Autoria)	Localidade	Características da amostra	Nr. da amostra (Entrevistados)	Tempo	Pesquisa Longitudinal	Foco das perguntas	Resultados	Utilização de grupo controle
HARMON (1993)	EUA*	Estudantes de diversas escolas	341 D.A.R.E. e 367 NÃO-D.A.R.E.	Não informado	NÃO	A pesquisa avaliou as atitudes dos estudantes com relação ao último ano, no que se refere a frequência de qualquer uso de drogas no último mês, ou ainda a diferença em relação ao relacionamento com a polícia, estratégias de como lidar com a pressão negativa dos colegas, apego e compromisso com a escola, comportamento rebelde e autoestima	Os resultados demonstraram que não houve diferença significativa entre os grupos pesquisados	SIM
WYSONG ANISKIEWICZ E WRIGHT (1994)	EUA*	Estudantes de idade entre 13 e 16 anos	Não informado	Não informado	NÃO	Relacionamento com a polícia, uso de álcool, tabaco e maconha.	Não houve diferenças significativas, somente uma piora no relacionamento com a polícia por parte do grupo Não D.A.R.E..	SIM
SHERMAN et al. 1997	EUA*	Apanhado de estudos realizados acerca da eficácia do D.A.R.E.	Onze artigos científicos publicados.		NÃO	Avaliar se o D.A.R.E. era um programa de prevenção eficaz.	Foi comprovado nas pesquisas que o D.A.R.E. não produzia efeitos duradouros nas atitudes dos alunos e que com o passar do tempo não havia mais diferenças entre os alunos D.A.R.E. e os não D.A.R.E..	SIM
CLAYTON ET AL. (1991) E CLAYTON, CATTERLLO E JOHNSON, (1996)	EUA*	Estudantes de 31 escolas	1550 ex alunos D.A.R.E. e 521 não D.A.R.E. (grupo controle)	4 meses após o D.A.R.E. e durante cinco anos após o D.A.R.E..	SIM	Estudo focou-se no uso de álcool, cigarro e maconha durante a vida, no último ano, e no último mês.	Os resultados foram que logo após serem submetidos ao programa, os alunos mostraram-se conscientes do não uso de drogas, ao passo que no decorrer dos anos, tal atitude não foi significativamente detectada quando comparada ao grupo controle.	SIM
ROSENBAUM E HANSON (1998)	EUA*	Estudantes de diversas escolas e professores	1798 alunos de escolas urbanas, suburbanas e rurais.	6 anos consecutivos	SIM	Atitudes dos alunos, suas crenças, habilidades sociais e comportamentos relacionados as drogas	Os resultados foram que o D.A.R.E. não provocou efeitos a longo prazo nos estudantes ex-alunos.	SIM
LYNAN ET AL. (1999)	EUA*	Estudantes de diversas escolas.	1002 alunos	Durante 10 anos	SIM	Avaliar a eficácia temporal do D.A.R.E. quanto ao uso de drogas, as atitudes para se manterem longe das drogas e a autoestima.	A participação dos alunos no D.A.R.E. não produziu efeitos referente ao uso de drogas, nem com relação a resistência à pressão de pares, e nem mesmo melhorou a auto-estima dos jovens	SIM
SINGH ET AL. (2011)	EUA*	Estudos realizados entre os anos de 2002 e 2010.	8 estudos	Não informado	NÃO	Comparar estudos de eficácia do novo currículo D.A.R.E. "caindo na real" com o antigo.	Na maioria dos estudos analisados os autores não especificavam se os alunos haviam participado do novo currículo, somente dois estudos afirmaram isto. Nestas duas pesquisas houve diferença significativa nos estudantes D.A.R.E. e não D.A.R.E..	SIM

Fonte: Lourdes (2013, p. 33-37)

Nota: * O estudo não esclarece em quais as cidades a avaliação do programa foi feita.

Tabela 8

Resumo das avaliações feitas no Brasil

Estudo (Autoria)	Localidade	Características da amostra	Nr. da amostra (Entrevistados)	Tempo	Pesquisa Longitudinal	Foco das perguntas	Resultados	Utilização de grupo controle
SILVA (2006)	Uberlândia e Contagem MG	Ex-alunos do PROERD com idade entre 13 e 15 anos, pais, professores, diretores e instrutores.	135 participantes, sendo 65 de Uberlândia e 70 de Contagem.	4 anos pós PROERD	NÃO	Significado do programa para a vida do estudante, relacionamento com a PMMG pós-programa, segurança para dizer não as drogas, relacionamento com a família.	O autor considera que com as informações coletadas pode-se afirmar que o programa é eficaz.	NÃO
LINHARES (2006)	Curitiba PR	Alunos da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental	509 estudantes, sendo 266 ex-alunos do PROERD	Entre 1 e 4 anos após receberem o programa	NÃO	Perguntas diretas sobre o uso e abuso de drogas, bem como o tipo de droga, o oferecimento, local de consumo, quem ofereceu a droga e porque aceitaram usar a droga	Cerca de 18% da amostra afirmou já ter feito uso de alguma droga. O grupo PROERD foi a média de 7% que assumiram ter feito o uso de alguma droga.	SIM
SILVA (2007)	Três Corações MG	Ex-alunos do PROERD e análise dos boletins de ocorrência (BO) entre os anos de 2002 a 2007	257 ex-alunos do programa, e 35 menores infratores.	5 anos após terem participado do PROERD	NÃO	Contribuição do PROERD para vida deles, opinião deles sobre as lições do programa, opinião sobre a instrutora, quais as drogas conhecem e quais já haviam sido oferecidas a eles, qual a reação deles diante da oferta da droga, o que leva o jovem a usar drogas, se é fácil comprar drogas, onde e como ela é vendida, se já teve vontade de usar e por fim se usou e usa alguma droga.	A maioria dos pesquisados afirmou ter usado droga por curiosidade. O fato que dos 1006 menores infratores listados na análise dos BO somente 35 haviam tido aulas do PROERD, fez com que o autor o finalizasse como programa eficaz em Três Corações.	NÃO
FARIA (2007)	Região do Vale do Aço MG*	Ex-alunos do PROERD em cidades do Vale do Aço. Professores e policiais instrutores do programa	395 ex-alunos	4 anos pós PROERD	NÃO	Perfil geral e social dos alunos, as melhorias trazidas pelo PROERD para a vida dos estudantes, a participação da família no programa e nos eventos da escola, as informações acerca do programa que mais ficaram gravadas nas memórias dos estudantes, as lembranças positivas dos instrutores, as fontes de informação sobre drogas e por fim o uso experimental e contínuo da droga.	O que mais ficou gravado na memória dos estudantes: 44% da amostra afirmou que o mal que fazem as drogas, 30% afirmou que os ensinamentos de como tomar decisões e fazer escolhas; e 23% como fugir das pressões do grupo.	NÃO
SILVA (2010)	Marília /SP	Estudantes que passaram ou não pelo programa	457 estudantes	Idade entre 13 e 16 anos	NÃO	Verificados os níveis socioeconômicos dos participantes, a religião que frequentam e o envolvimento em acidentes diversos (mordida de insetos, corte com faca, vítima de atropelamento, outros) e suas devidas correlações com o uso de álcool	O grupo não-PROERD teve maior envolvimento em acidentes do que o grupo PROERD. Com relação ao consumo de álcool não houve diferença significativa entre os grupos.	SIM
QUEIROZ (2003)	São Paulo	Estudantes, pais e professores	10 pais, 10 profissionais do corpo docente, 1116 ex-alunos PROERD e 522 não PROERD.	5 anos após terem participado do PROERD	NÃO	Auto-estima, auto-cuidado, resistência à pressão dos colegas e a perspectiva do uso de drogas	No resultado o autor cita que houve diferença significativa no comportamento dos grupos, sendo que a auto-estima e a resistência ao uso de drogas mostraram-se maiores no grupo PROERD.	SIM
SILVA E GIMENIZ-PASCHOA L. (2010)	São Paulo	Estudantes da 8ª série do ensino fundamental em 61 escolas.	5713 Estudantes	4 anos após terem sido submetidos ao PROERD	NÃO	Perfil geral e social dos alunos, uso e abuso de drogas, conhecimento acerca dos efeitos prejudiciais à saúde.	Os resultados encontrados quanto ao uso de drogas foram semelhantes tanto para o grupo que teve as aulas do programa quanto para o grupo controle. A única diferença encontrada foi que os alunos do PROERD consideram mais o uso de álcool e outras drogas prejudiciais à saúde do que o grupo controle	SIM

Fonte: Lourdes (2013, p. 33-37)

Nota: * O estudo não esclarece em quais as cidades a avaliação do programa foi feita.

Varisco (2013) resgata uma avaliação realizada em 1990 na cidade de Kokomo no Estado de Indiana extraindo dados de sete anos após a submissão ao Programa e esta demonstrou que o Projeto não surtia nenhum efeito preventivo nos adolescentes com relação ao uso de drogas a longo termo e que o grupo submetido ao D.A.R.E. teria reportado um consumo de maconha maior do que o grupo de controle. A autora colaciona por fim que os artigos e pesquisas disponíveis no site da Instituição D.A.R.E. America afirmam resultados

positivos referindo apenas ao aumento no nível de conhecimento dos alunos medidos sem método científico ou a partir de questionários respondidos por professores e pais com visões sobre o Programa que contêm alto grau de subjetividade. A autora não desconsidera que existem resultados positivos, mas que os negativos não poderiam deixar de serem considerados. Somando-se ao grupo dos estudos mais antigos Harmon (1993, apud LOURDES, 2013) comparou 341 ex-alunos com 367 que não fizeram PROERD através de questionários, em um método quase experimental, objetivando medir os níveis de delinquência dos alunos participantes e os resultados avaliados tomavam como referência questões subjetivas como a escolha ou não pelo uso de drogas, não encontrando diferenças significativas.

Observamos que muitos dos artigos avaliativos do Programa, nos dias atuais, usam a metodologia da meta-análise que consiste em um método estatístico utilizando a revisão sistemática para integrar resultados de estudos concluídos e aumentar o poder estatístico da pesquisa primária. Seria, portanto, uma medida resumo integrado por estudos independentes.

Dentre estes estudos merece destaque o realizado em 1996 em que houve um diagnóstico mais abrangente em que o governo americano resolveu avaliar a eficácia de todas as políticas dos EUA encomendando um estudo. O “Relatório Sherman” apresentou um apanhado de 11 estudos e pesquisas já realizadas e constatou a ineficácia. Dentre eles Clayton, Cattarelo e Johnstore (1996) realizaram um estudo longitudinal com crianças que participaram do D.A.R.E. e responderam a um questionário antes, outro logo após sua aplicação, e de ano em ano durante 05 anos consecutivos. Algumas mudanças de atitude foram observadas quanto ao não uso de drogas e os atos de não violência, mas com o passar dos anos estas diferenças entre os grupos observados foram diminuindo até se tornarem insignificantes ou de igual proporção. Variações de grupos sociais nos quais se inserem os indivíduos conformados com laços mais ou menos coesos que podem influenciar em tal resultado fazendo com que os próprios aplicadores do Programa não acreditem em modificação comportamental em virtude da intervenção, mas que esta poderia influenciar em uma melhora no comportamento e que os resultados em si poderiam ainda variar conforme os fatores sócio-econômicos, de sexo, raça/etnia.

Outros autores como Lynam (1999) que embora apresente uma avaliação negativa não considera que o Programa não tenha efeitos, mas sim que eles são curtos após a aplicação e que sem uma política assecuratória se perde. Neste sentido, considerando que se trata de uma atividade avaliativa, podemos classificar este argumento como sendo muito frágil uma vez que, aceitando a sua validade, rusticamente, seria o mesmo que dizer que não se iria alimentar

porque dentro de um intervalo temporal sentirá fome novamente. Isso porque em nenhum momento o D.A.R.E. propõe um efeito *ad eterno* mas sim um estímulo, muitas vezes até mesmo externo a realidade vivida pela criança ou adolescente, representando um ponto de impacto ou choque de realidade. Este estudo, também realizado através de questionário, fez um acompanhamento por 10 anos e apontou que talvez os efeitos do Programa durem por em torno de 5 anos.

Em 2001 a fundação Robert Wood Johnson (RWJF) concedeu a doação de US\$ 13,7 milhões de dólares, do Instituto de Saúde e Política Social da Universidade de Akon, onde foi realizado o acompanhamento de alunos até seu 11º ano escolar. Existem ainda outras pesquisas que levam em consideração esta avaliação de alunos que estejam no 3º ano do ensino médio e nos EUA já chegou a avaliar até mesmo alunos que já estavam na Faculdade. Esta também é uma avaliação que pode assumir caráter temerário porque acaba desconsiderando os alunos que foram transferidos da escola analisada, bem como os que pararam de estudar neste intervalo, principalmente no Brasil onde o índice de evasão escolar é alto.

Nos mesmos moldes em 2003 a Faculdade de Medicina da USP através do Grupo interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA) realizou um estudo com entrevistas e questionários envolvendo: pais, profissionais do corpo docente, 1116 alunos participantes do PROERD e 522 que não participaram. Em 2008 o governo de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) encomendou à Fundação Guimarães Rosa uma pesquisa a cerca da efetividade e aceitação do PROERD também realizada com base em entrevistas. Vale ressaltar que apesar de ser um Programa padronizado o PROERD é executado por diversas localidades e os resultados avaliativos poderão ser diferentes uma vez consideradas as peculiaridades regionais.

É possível, portanto detectar uma gama diferenciada de estudos menores que levam em consideração desde a análise documental, entrevistas e até mesmo a observação. Alguns de cunho mais curiosos como a observação realizada por Silva et al (2008) a partir de argumentos de redações realizadas pelos alunos concludentes do PROERD em três municípios diferentes de São Paulo, com idade entre 9 e 12 anos, buscando analisar a assimilação do Programa através de uma avaliação indireta e subjetiva. Outros que visam a análise a partir da quantidade de alunos formados pelo Programa como o que foi realizado por Freitas (2009) que, embora representando um argumento frágil, não pode ser considerado de todo equivocado dada a aproximação do adolescente, futuro cidadão, com a polícia e considerando que qualquer intervenção formativa não pode ser desconsiderada. O que não

pode acontecer como aponta Fernandes (2005) é que estas análises se atenham a “achismos”, como as impressões individuais detectadas em entrevistas e questionários, que podem assumir as mais diversas vertentes como a de um policial em sua pesquisa que aponta o PROERD como sendo uma “valerosa ferramenta”; uma diretora que disse ser difícil realizar uma avaliação; uma orientadora que alega que “houve uma conscientização”, mas não disponibiliza dados estatísticos que comprove; há escolas que apontam o resultado como frustrante; existe policial reclamando não ser empregado de forma exclusiva no Programa como prescreve a regulamentação; assim como vários resultados apresentados em algumas pesquisas que são empríricos, baseados apenas no comportamento do cotidiano dos alunos em casa ou na escola.

Mas é possível também verificar metodologias mais arrojadas como a avaliação econômica proposta por Greenwood et al (1998, apud ANDRADE; PEIXOTO, 2007) para comparar programas de prevenção e controle da criminalidade na Califórnia, EUA. O sistema também é utilizado para avaliar programas brasileiros baseado no cálculo do valor em reais necessário para se evitar um crime. O número de crimes evitados por beneficiário consiste na unidade que mensura o benefício dos programas. Os crimes evitados, por sua vez, são calculados considerando como a intervenção impacta ao longo de toda carreira criminal de um indivíduo. De forma análoga aos custos de cada intervenção são calculados por beneficiários considerando todo o tempo de vigência do programa. Para a estimação deste número de crimes evitados toma-se 03 parâmetros: a taxa de efetividade, o status criminal dos indivíduos e o número de crimes cometidos ao longo da carreira criminosa. Esta efetividade pode ser mensurada considerando a taxa de criminalidade em grupos de controle versus grupo tratado. Já o status criminal depende da distribuição da população de criminosos e não criminosos. Estes índices de eficiência no Brasil segundo Andrade e Peixoto (2007) são incipientes por isso em sua pesquisa tomaram por base taxas de controle internacional, bem como também o status criminal e o número de crimes cometidos em que foram adotados os do Estado da Califórnia, um método arrojado e complexo. Foi utilizado um cálculo interessante considerando os crimes que o indivíduo realizaria ao longo de sua carreira criminosa implementado em quatro procedimentos: obtenção da taxa de efetividade; estimativa do número de crimes cometidos na carreira criminal; estimativa do número de crimes evitados por pessoa tratada em cada programa; e correção intertemporal dos resultados. O trabalho reforça a ideia de que no Brasil são raros os programas avaliados utilizando métodos estatísticos adequados. A pesquisa se baseou em estudos internacionais, uma vez escolhida a taxa de efetividade esta foi corrigida considerando dois efeitos que alteram a eficácia do

programa: efeito escala e efeito tempo. O efeito escala considera a perda na eficácia resultante no tamanho do corte do programa que para pequenas populações pode ter um efeito, mas que quando trasladado para populações maiores este pode se reduzir. Já o efeito tempo dilui o efeito esperado ao longo do tempo, mas em geral não se acompanha o grupo por um período suficiente. Dessa forma o parâmetro dos efeitos escala e tempo para cada programa deve ser estimado individualmente, considerando a possibilidade de estes afetarem de forma diferente a criminalidade adulta e juvenil. A hipótese é que quanto mais distante do grupo etário de risco maior a probabilidade de perda de eficácia. A representação da proposta pode ser verificada na tabela a seguir que avalia a taxa de efetividade de alguns programas, dentre eles o PROERD.

Tabela 9
Taxa de efetividade bruta e corrigida

Programa	Taxa de Efetividade	Efeito escala	Efeito tempo para criminalidade jovem	Efeito tempo para criminalidade adulta	Taxa de efetividade corrigida para criminalidade jovem	Taxa de efetividade corrigida para criminalidade adulta
APAC	10	15	0	0	8,50	8,5
Liberdade Assistida	14	20	0	10	11,20	10,08
UERÉ	13	15	5	40	10,50	6,63
Paz nas Escolas	15	20	20	70	9,60	3,6
Fica Vivo	31	25	0	10	23,25	20,925
Bolsa Família	25	40	10	50	13,5	7,5
PROERD	2	30	15	60	1,19	0,56
CEAPA	0	-	-	-	-	-
PPA	5,3	-	-	-	-	-

Fonte: Andrade; Peixoto (2007).

Nesta pesquisa Andrade e Peixoto (2008) afirmam que para obter o número de crimes evitados por cada participante dos programas é preciso calcular o número de crimes sérios cometidos na carreira criminal realizando a distribuição de crimes segundo jovens e adultos; distribuição entre os criminosos e não criminosos; enfoque de adultos criminosos ativos na rua; número de adultos iniciantes na carreira criminal; e número de crimes cometidos em um ano por adulto criminoso ativo. Assim o número de crimes sérios cometidos na carreira criminosa é estimado através do produto do tempo de duração da carreira criminosa e é obtido dividindo o estoque de adultos criminosos ativos pelo número de adultos iniciantes na carreira. A partir daí é feita uma estimativa de crimes evitados por pessoa tratada em cada programa através do produto do número de crimes que o indivíduo médio comete durante a carreira criminal pela taxa de efetividade de cada programa, conforme vislumbramos na tabela acima. Após entrecruzar algumas informações busca-se mensurar resultados em termos de valor em reais despendido por crime evitado. Como foi explanado, durante o desenvolvimento da pesquisa as autoras depararam com a limitação dos bancos de dados sobre criminalidade no

Brasil, adotando então a literatura internacional sendo possível verificar uma grande variação entre os programas analisados.

Tabela 10

Resultados

Programas	Valor presente do custo do programa por beneficiário	Valor presente do número de crimes sérios prevenidos por beneficiário	Reais por crime sério prevenidos	Crimes sérios prevenidos por um milhão de reais
APAC	18417,99	0,87	21109,75	47,37
Patrulha de Prevenção Ativa			6916,42	
Liberdade Assistida	1323,68	0,91	1459,94	684,96
UERÊ	8184,84	0,45	18290,73	54,67
Paz nas Escolas	192,23	0,16	1174,45	851,46
Fica Vivo	1065,70	1,65	645,69	1548,73
Bolsa Família	2594,88	0,23	11256,15	88,84
PROERD	35,43	0,02	1682,33	594,42
CEAPA	145,40	-	-	-

Fonte: Andrade; Peixoto (2007).

Dadas estas dificuldades é que grande parte das pesquisas acabam por adotar formas mais fáceis de avaliação e dentre elas a mais escolhida é a aplicação de questionários. Embora seja necessário um dispêndio de tempo e uma mobilização estrutural para sua aplicação e alguns trabalhos como de Silva (2013) chegam a detectar a existência de pesquisas que afirmaram a efetividade da prevenção ao uso de drogas que têm 100% de êxito, exatamente porque se torna mais complexo questionar ou detectar a subjetividade com que as perguntas são respondidas. Mas segundo o autor ainda assim é possível afirmar que o Programa auxilia os estudantes a tomarem decisões sensatas sobre as drogas possibilitando a interação entre policiais e crianças.

Mas esforços estão sendo feitos com o objetivo de mitigar esta subjetividade, buscando-se critérios mais concretos de avaliação como a apresentada por Barreto (2005) que realizou um levantamento de dados entre o 1º semestre de 2001 até o 1º semestre de 2005 registrando um total de 7.594 alunos que frequentaram o Programa na cidade de Pouso Alegre. Foi calculada uma amostra de 278 alunos para serem submetidos a um questionário. Paralelo a isso foram levantados dados de 753 registros policiais realizados no período envolvendo menores infratores, dos quais 28 (0,37%) haviam participado do PROERD. Posteriormente estes foram submetidos a uma entrevista em que conseguiram falar com 15 que afirmaram serem os responsáveis por suas escolhas e destes apenas 04 cometeram atos ilícitos após terem sido submetidos ao Programa.

Pesquisas desta natureza diminuem o grau de subjetividade e permitem inclusive a

comparação dos resultados obtidos a partir da análise dos questionários com o cruzamento de dados de registros. Assim também caminhou Silva (2007) cujo trabalho está embasado em construções teóricas sobre a temática de socialização, adolescência, família, educação, droga e violência, mas não negligenciou seu enfoque prático. Em sua pesquisa foi analisada a cidade de Três Corações onde de julho de 2002 a julho de 2007 foram formados pelo PROERD 767 alunos. Dentro do período proposto foram resgatados todos os boletins de ocorrência elaborados pela Polícia Militar da cidade e que continham em seus bojos menores de 18 anos de idade, apreendidos pela prática de ato infracional como autores ou coautores, chegando-se em 1705 registros envolvendo 1006 menores. Conferida a lista destes com os formandos 35 deles passaram pelo PROERD e estes foram submetidos a um questionário a fim de verificar as causas de terem praticado ato infracional. A pesquisa apontou que apenas 0,39% dos menores do PROERD foram apreendidos pela Polícia Militar com drogas, ou seja, dos 767 alunos, apenas 3 envolveram em ocorrência policial relacionada a droga. Referente aos menores apreendidos verificou-se com relação aos demais atos infracionais que apenas 3,4% dos menores estiveram nessa situação. Para 99% dos menores, o PROERD contribuiu positivamente para suas vidas e 90% não tiveram vontade de fazer uso de drogas segundo respostas fornecidas nos questionários, sendo que ainda, para 63% dos alunos a imagem da Polícia Militar mudou para melhor.

É possível verificar que Silva (2007) inaugura um novo marco investigativo que contempla uma análise qualitativa e quantitativa embasada na observação de estudos de casos. Guiados por este farol Massardi e Silva (2013) tomaram por base os dados da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ubá, Minas Gerais, que possui 19 escolas particulares e 39 públicas, das quais 19 são estaduais e 20 municipais. Destas constataram que 14 escolas públicas haviam participado do PROERD no período de 2003 a 2006. Para determinar a amostra selecionaram as escolas que possuíam turmas de 5º ano e que haviam participado do Programa que começou a ser implantado na cidade em 2003, e em 2007 iniciou sua aplicação ao 7º ano. Consideraram ainda que os alunos quando cursavam regularmente o 5º ano possuíam em torno de 10 anos de idade e que os formandos do ano de 2006 em 2010 possuíam 14 anos, idade em que geralmente o adolescente faz o seu primeiro uso de cocaína na vida. Os pesquisadores analisaram as variáveis quantitativas e qualitativas e coletaram os dados de 12 escolas num total de 3886 alunos os quais foram confrontados com os dados do sistema informatizado do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) constante dos registros de prisões efetuadas dentro do município verificando que 5,38% destes alunos, ou seja, 209 alunos possuíam cadastro de prisão por diferentes crimes e contravenções penais,

chegando aos dados apresentados na tabela a seguir:

Tabela 11

Crime/Contravenção	Distribuição de Frequência	
	Relativa	Absoluta
Lesão Corporal/Agressão	33,49%	70
Tráfico/Consumo de Drogas	20,10%	42
Outros	14,83%	31
Furto	11,96%	25
Porte Ilegal Arma Fogo/Branca	10,05%	21
Rixa	6,22%	13
Roubo	2,39%	5
Homicídio	0,96%	2
Total	100,00%	209

Fonte: Massardi; Silva (2013).

Posteriormente verificou-se uma análise comparativa entre alunos que participaram do PROERD e os que não participaram e eles foram divididos em grupos de Participantes e Não Participantes sendo que 2464 participaram, 65,98% do total da amostra e destes 4,6% possuíam cadastro de prisão após terem participado do Programa, enquanto que os não participantes esse percentual ficou em 6,88%, conforme tabela abaixo:

Tabela 12

	Participante		Não participante		Total
	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	
Nº de alunos	65,98%	2564	30,42%	1322	3886
Masculino	49,57%	1271	49,17%	650	1921
Feminino	50,43%	1293	50,83%	672	1965
Cadastro de prisão	4,60%	118	6,88%	91	209

Fonte: Massardi; Silva (2013).

Um problema vislumbrado na pesquisa desenvolvida por Massardi e Silva (2013) foi a delimitação do trabalho tendo em vista que o sistema do qual os cadastros de prisão foram retirados estavam restritos à cidade de Ubá. E neste processo ainda foram considerados apenas os casos em que ocorreram apreensões em flagrante ficando excluídas da análise as ocorrências que geram apenas registro posterior sem condução, não conseguindo aí solucionar

o gargalo deixado por Silva (2007) e que se tornou um dos objetivos traçados por Miranda (2013) que em sua análise qualitativa e quantitativa procurou identificar o PROERD como estratégia preventiva que aumentou a resistência ao uso de drogas entre crianças e adolescentes e ainda diminuiu a probabilidade do envolvimento deles em ocorrências policiais. Para isso compilou dados oriundos de ocorrências policiais, comparando o grupo de estudantes atendidos pelo Programa e o grupo de controle, ambos da mesma escola, somando-se a isto a aplicação de questionários. Esta é uma pesquisa descritiva baseada em uma escola do município de Juiz de Fora em que foram observados alunos do 5º ano entre os anos de 2005 e 2007, sendo 217 alunos (2005 e 2007) do grupo tratado e 109 do controle (2006) num total de 326 tendo sido feita uma análise das ocorrências policiais, comparando grupo atendido pelo PROERD e grupo controle, com vistas a identificar se houve menor incidência de registro criminal no grupo atendido; e grupo focal com amostragem por conveniência com ex-alunos do 5ª ano do ensino fundamental. Foi pesquisado o Armazém de Dados da PMMG de janeiro de 2009 até maio de 2013. O período inicial da pesquisa está relacionado ao início do funcionamento do Sistema REDS no 2º BPM, que é o lançamento da ocorrência em plataforma WEB, sendo os dados carregados diariamente no Armazém de dados. Até o ano de 2008, as ocorrências eram manuscritas e o carregamento dos dados era manual. Foi verificado o registro de 66 registros em que os autores foram os alunos do 5º ano do ensino fundamental, entre 2005-2007 havendo a prevalência para a contravenção penal “vias de fato/agressão”, totalizando 13 casos, e 2 crimes de homicídio. O grupo tratado se envolveu em 47 desses registros policiais (71,2% dos registros) e o grupo controle registrou 19 casos (28,8%). Dos 66 registros de ocorrências, houve a participação de 29 ex-alunos do 5º ano do ensino fundamental de uma escola de Juiz de Fora, dos anos de 2005 a 2007, havendo casos de uma mesma pessoa se envolver em 07 casos distintos como autor. E quanto à avaliação através de questionário trabalhou com a percepção do Programa. Na conclusão do trabalho o autor aponta que o PROERD cumpriu o seu objetivo geral, previsto na Diretriz 3.01.04/2010-CG, que pretende “dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência”. Conseguindo ainda confirmar algumas teorias nas quais se baseou o seu estudo, dentre as quais a de Sherman (1997, apud MIRANDA, 2013) que aponta que as evidências empíricas não permitem afirmar que as estratégias preventivas de controle da criminalidade sejam mais eficientes que as repressivas porque o papel da polícia na prevenção do crime tem apenas duas conclusões seguras: que os efeitos do policiamento são complexos e que quanto mais a polícia atuar com um foco preciso mais chances ela terá de prevenir o crime. Abstrai-se ainda que dos dados coletados e analisados

que o Programa atua como um fator de proteção, contudo, é possível potencializar seus efeitos, conclusão que pode ser obtida a partir da análise da observação feita por um dos autores de ato infracional que foi entrevistado: “O PROERD poderia ser o ano todo [...] um policial vir uma vez por mês e conversar com a turma [...] atender todas as séries [...] atender toda escola, pois passou do quinto ano a gente não vai lembrar mais”. Diante disso Miranda (2013) propõe que é preciso atuar em rede com outros serviços do portfólio da PMMG e outras instituições e que, além disso, é preciso aplicar todos os currículos disponíveis do PROERD e não apenas o do 5º ano do Ensino Fundamental.

O PhD Mangham (2006) objetivando responder às críticas propostas fez uma interpretação no sentido de que o Programa é preventivo, mas não pode ser analisado separadamente ou mesmo como “salvador” isolado da situação, devendo estar em conjunto com o restante da comunidade. E afirma ainda que o D.A.R.E. recebe tantas críticas quanto seu tempo de existência e que mesmo se protraindo no tempo ele tem acompanhado as mudanças de perfil da sociedade.

Trata-se de uma questão de tão grande repercussão que foi criada uma página de discussão sobre o tema em um site americano (procon.org) cujo objetivo é trazer argumentos contrários e favoráveis sobre questões polêmicas e de repercussão atualizados rotineiramente. Dentre estes argumentos merece destaque a observação que aponta o Programa como sendo uma ajuda para prevenção e que após 2010 com a mudança do currículo, de acordo com “Substance Abuse and Mental Health Services Administration” (SAMHSA) apontou que 40% dos participantes do D.A.R.E., antes de terem contato com ele faziam uso de droga e que após serem submetidos este número abaixou para 32%. Aqueles que o apresentam como ineficiente baseiam-se na meta-análise feita em 2004 e revisitada (não refeita) em 2011 (realizada desconsiderando os novos parâmetros curriculares) alegando que em longo prazo o Departamento de notícia concluiu que o efeito dele era pequeno e que o novo programa também conclui esmagadoramente que não previne.

Embora várias pesquisas tenham sido revisitadas o grau de efetividade do PROERD segue sendo uma pergunta sem resposta contundente.

6. ESTUDO DE CASO

Dentre as literaturas revisadas para esta pesquisa três se aproximaram muito com os objetivos desta investigação. A primeira contribuição significativa é a de Silva (2007) que passa a considerar necessária a análise dos registros policiais como instrumento de confrontação real, e não meramente subjetiva, do envolvimento dos alunos egressos do PROERD com eventos de natureza ilícita. Contudo nesta análise são avaliadas apenas ocorrências que culminaram em apreensões. Massardi e Silva (2013) posteriormente ampliam esta investigação passando a trabalhar também com o grupo de controle que não haviam sido submetidos ao Programa a fim de realizarem uma comparação entre os dois grupos, mas também ficam restritos aos registros que culminaram em apreensões. O que mais chega próximo ao pretendido neste estudo de caso é a análise elaborada por Miranda (2013) que trabalha apenas com uma escola, fazendo o contraponto com o grupo de controle e amplia a investigação para analisar todos os boletins que relatam o envolvimento dos menores como autores ou coautores de atos infracionais.

Nesta investigação visamos ampliar ainda mais este estudo, passando a avaliar, dada a dilação temporal, os registros que envolvam os egressos do PROERD para além da menoridade abrangendo a responsabilidade penal plena. Lourdes (2013) propôs em sua pesquisa a adoção de nove indicadores relacionados ao controle de resultados e impactos. Para cada indicador foi proposto descrição, importância e justificativa de existência, forma e frequência de mediação e responsabilidade de quem deve medir a fonte de dados e a fórmula estatística. Alguns percentuais sugeridos inclusive já existem: mas sugere percentual de Escolas atendidas, quantidade de alunos por instrutor (tendo em vista que muitos são desviados de função), variação anual do número de alunos formados pelo programa, percentual de ex-alunos que não envolveram com drogas, mudança do grau de confiança dos alunos no trabalho da PMMG (mensurável através de questionários), custo médio do programa por aluno formado, evasão de instrutores, satisfação dos alunos. É possível a partir do desenvolvimento do detalhamento da pesquisa aqui proposta chegar a estes números, inclusive atingir o objetivo almejado por Andrade e Peixoto (2007) que se valeram de índices estrangeiros para tentarem realizar a avaliação da Taxa de Efetividade do Programa.

Júnior (2010) pontua que as Unidades militares têm autonomia para avaliar, criar banco de dados, inclusive com nome dos atendidos, mas não menciona nenhuma que efetivamente o faça. Diante disso, a fim de suprir estes pontos críticos das pesquisas bem como as limitações de acesso às informações adotou-se a metodologia que baseia na

comparação entre dois grupos considerando um universo de 742 alunos do 5º ano do ensino fundamental (antiga 4ª série), entre os anos de 2005-2016 da Escola Estadual Aarão Reis que recebe um público do bairro Madre Gertrudes e bairros que se encontram em seu entorno especialmente Cabana e Vista Alegre na cidade de Belo Horizonte. Apresenta um alto índice de reprovação que faz que vários estudantes da escola primária já estejam contemplados nos parâmetros de responsabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (MORAIS, 2016). O PROERD, segundo informações do instrutor do Programa à época no educandário, começou a ser aplicado na referida escola no ano de 2005, motivo pelo qual a observação iniciou-se do respectivo ano.

Para a análise foram recolhidas as listas de alunos sendo 389 ex-alunos das turmas dos anos de 2005-2007 e 2011-2013 que foram submetidos ao PROERD e 353 do grupo controle que não participaram do Programa e compunham as turmas de 2008-2010 e 2014-2016.

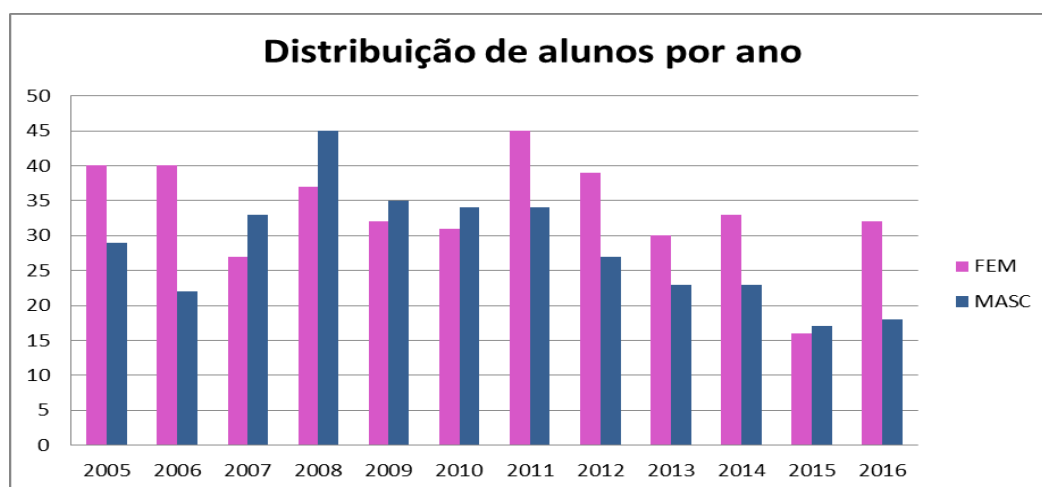
Tabela 13

Amostra do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte:
grupo atendido pelo Proerd (2005-2007; 2011-2013) e grupo controle (2008-2010; 2014-2016)

SEXO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Feminino	40	40	27	37	32	31	45	39	30	33	16	32
Masculino	29	22	33	45	35	34	34	27	23	23	17	18
TOTAL	69	62	60	82	67	65	79	66	53	56	33	50

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 03



Fonte: elaborado pela autora.

Podemos perceber no Gráfico 03 que não há uniformidade de sexo entre as turmas que variam ano a ano, embora o somatório feminino seja superior em sua totalidade em ambos os

grupos.

A partir da obtenção da lista dos alunos e delimitação dos grupos foi realizada uma pesquisa no Sistema REDS a fim de verificar, nome a nome, aqueles que constam em seu desfavor qualquer registro de natureza ilícita no qual figurem como autor ou coautor sendo considerados os registros até o mês de outubro de 2016.

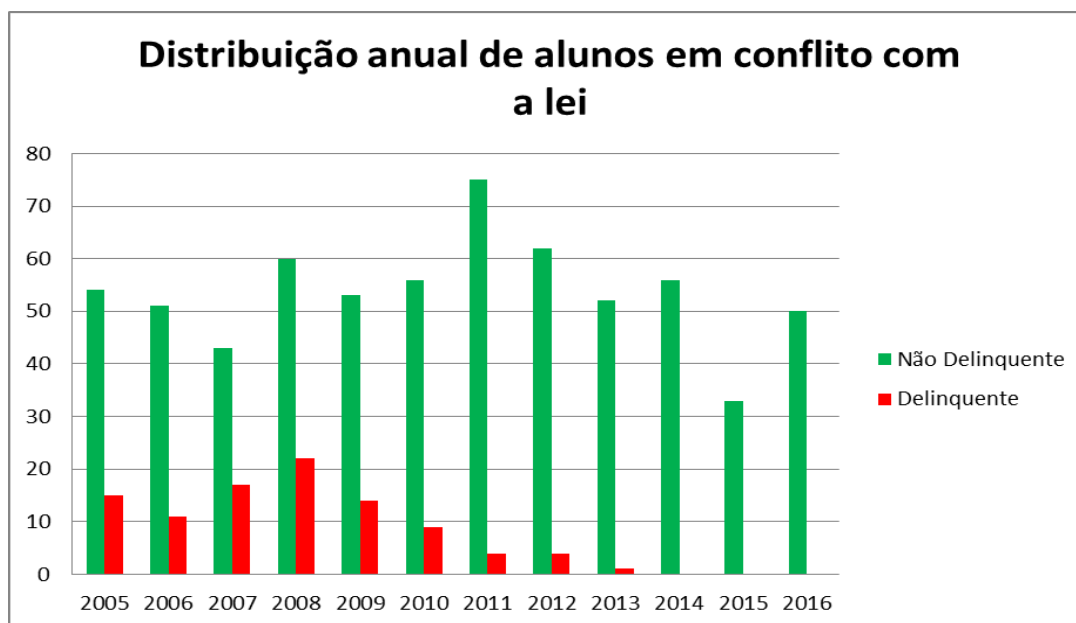
Tabela 14

Participação em ocorrências policiais dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte entre os anos 2005-2016

REGISTROS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Não Delinquente	54	51	43	60	53	56	75	62	52	56	33	50
Delinquente	15	11	17	22	14	09	04	04	01	00	00	00

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 04



Fonte: elaborado pela autora.

Foi detectado um número significativo de ex-alunos que se envolveram em registros policiais tanto no grupo PROERD como no grupo controle. Entre os anos de 2005-2009 é possível detectar uma oscilação desta participação em atos ilícitos, fenômeno inverso que se inicia em 2009 e mantém um declínio até 2013 chegando a zero nos anos de 2014-2016.

Algo, no entanto que não fazia parte do foco da pesquisa, mas que foi percebido quando da busca dos registros de ocorrência é que inversamente proporcional a este declínio da participação destes adolescentes como autores e coautores de ato infracionais aumentaram

os registros em que estes eram tificados como vítimas. Os delitos dos quais foram alvos variam desde abandono de incapaz, violência doméstica, lesões, mas o qual despertou grande preocupação foram os delitos sexuais, principalmente o estupro e que talvez no futuro mereça uma investigação mais detida.

Agora quando o assunto a ser discutido refere-se à participação dos alunos no número de ilícitos praticados não se repete a proporcionalidade sexual existente, sendo a participação masculina superior em ambos os grupos, podendo detectar uma participação feminina levemente maior no grupo PROERD em comparação ao grupo controle como pode ser visto no gráfico 05.

Tabela 15

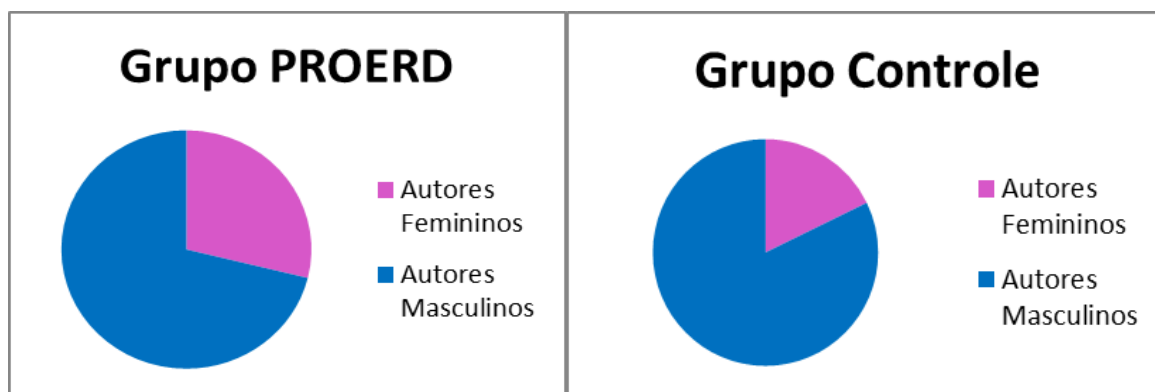
Participação por sexo em ocorrências policiais dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte entre os anos 2005-2016

Sexo dos delinquentes	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Feminino	04	03	06	06	01	01	01	01	00	00	00	00
Masculino	11	08	11	16	13	08	03	03	01	00	00	00

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 05

Participação por sexo de ocorrências policiais: Grupo PROERD x Grupo Controle



Fonte: elaborado pela autora.

Outro fato interessante para ser observado é a faixa etária de ingresso na atividade ilícita. O estudo longitudinal nos permitiu realizar no grupo PROERD aplicado entre 2005-2007, que estão no ano de 2016 acima dos 18 anos, um enfoque que não foi dado nas pesquisas anteriores representando fato novo a ser observado. Ao analisarmos os dados da tabela 16, principalmente no ano de 2005, o mais equidistante observado, o número de ingressantes após a maioridade penal representa um número superior ao somatório das demais

faixas observadas. Não é possível inferir com segurança o porquê deste fenômeno, mas que talvez possa estar relacionado com uma falta de perspectiva depois de atingida a maioridade. É importante destacarmos aqui também que embora haja uma robusta discussão em torno da diminuição da maioridade penal a concentração do ingresso no submundo do crime não está focada na faixa etária composta por adolescentes entre 16 e 17 anos. E outra questão curiosa é que embora haja a previsão do cometimento de atos infracionais para menores de 12 anos, que, no entanto não serão apreendidos, não existem registros significativos nesta faixa etária, devendo realmente haver uma concentração das atenções na faixa que compreende dos 12-15 anos, ou seja, quando deveria, segundo a regulamentação do PROERD ser aplicado os currículos destinados para os adolescentes do 7º ano e do Ensino Fundamental. Dentre os alunos submetidos ao PROERD não foi detectado nenhum que tenha praticado qualquer ato ilícito antes de sua aplicação e que em virtude disso tenha abandonado a carreira delitiva.

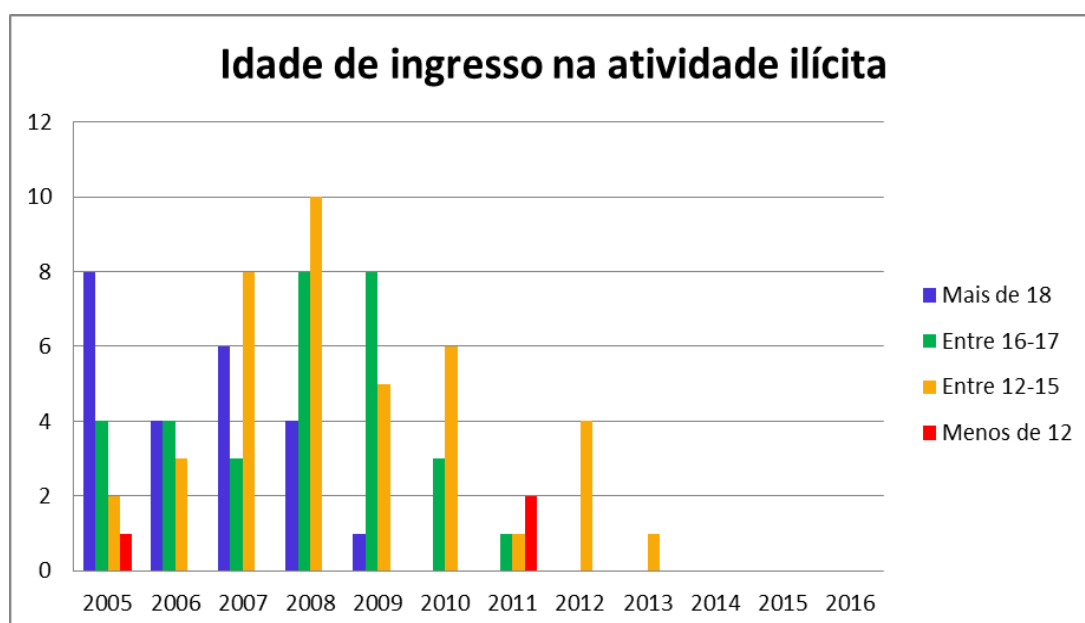
Tabela 16

Idade de ingresso na atividade ilícita dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte entre os anos 2005-2016

Faixa Etária	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mais de 18	08	04	06	04	01	00	00	00	00	00	00	00
Entre 16-17	04	04	03	08	08	03	01	00	00	00	00	00
Entre 12-15	02	03	08	10	05	06	01	04	01	00	00	00
Menos de 12	01	00	00	00	00	00	02	00	00	00	00	00

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 06



Fonte: elaborado pela autora.

Mas o dado mais preocupante nesta pesquisa se refere ao número de reincidentes de práticas ilícitas já que nos seis primeiros anos observados esse número é significativo, chegando um único aluno a acumular até 22 registros. Esses números podem ser indicativos da adoção de uma carreira criminosa. Uma análise mais aprofundada poderia ainda analisar o quadro familiar em que se insere este jovem analisando os demais integrantes de sua família a fim de buscar algo que justifique tal efeito.

Tabela 17

Número de reincidentes na prática de atos ilícitos entre os alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte entre os anos 2005-2016

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Reincidentes	09	08	12	17	10	05	01	02	00	00	00	00

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 07



Fonte: elaborado pela autora.

Mas algo que em um primeiro momento poderia parecer reconfortante nesta análise do gráfico 07 quanto ao declínio da linha de reincidência não podemos perder de vista que provavelmente, em sua maioria, somente os alunos observados de 2005-2008 se encontram na maioridade penal e na medida em que atingimos o outro extremo da tabela 17 a diminuição da idade dos alunos observados começa a não representar área de incidência significativa de ingresso na atividade ilícita segundo a tabela 16.

E para percebermos como é forte esta influência e preocupante a questão da reincidência podemos verificar o quantitativo de atos ilícitos praticados de acordo com a tabela 18 se comparados com a quantidade de autores catalogados no período na tabela 14.

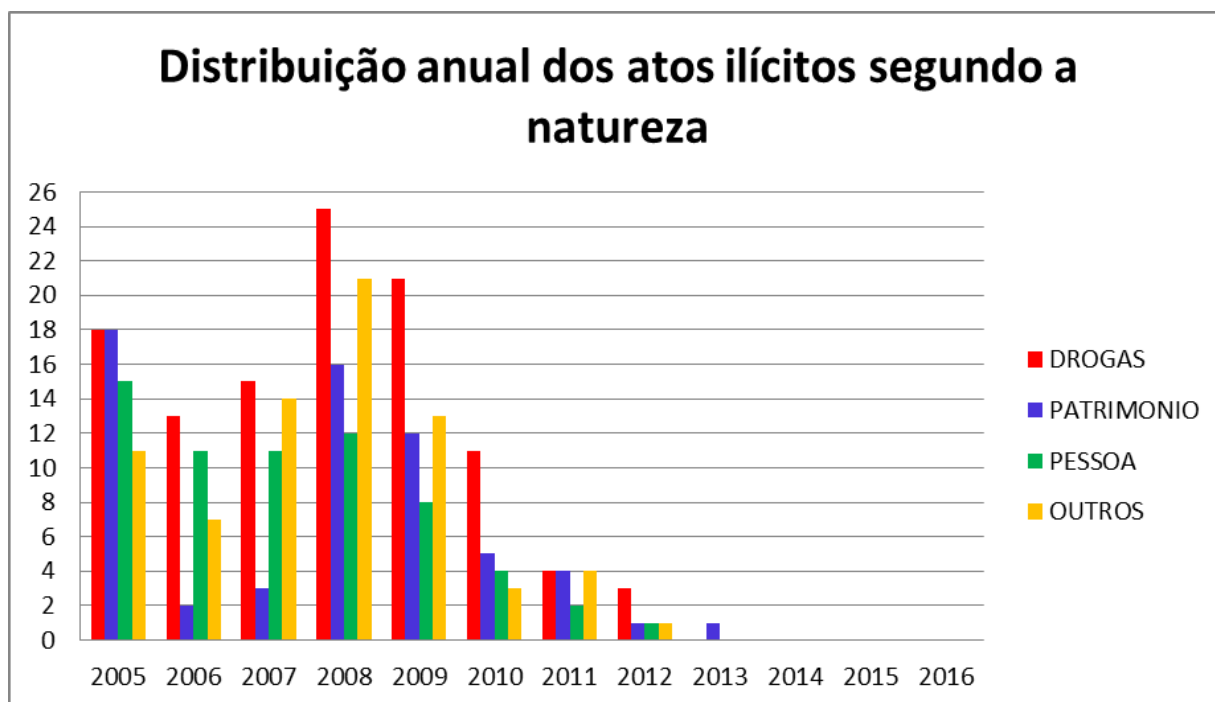
Tabela 18

Distribuição dos delitos por natureza penal dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aarão Reis em Belo Horizonte entre os anos 2005-2016

Natureza Penal	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Drogas	18	13	15	25	21	11	04	03	00	00	00	00
Patrimônio	18	02	03	16	12	05	04	01	01	00	00	00
Pessoa	15	11	11	12	08	04	02	01	00	00	00	00
Outros	11	07	14	21	13	03	04	01	00	00	00	00
TOTAL	62	33	43	74	54	23	14	06	01	00	00	00

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 08



Fonte: elaborado pela autora.

Observada singularmente esta escola podemos afirmar que não há diferenças significativas entre os dois grupos e que em alguns momentos chega a ser superior o quantitativo de cunho negativo no grupo PROERD como, por exemplo, o próprio envolvimento com as drogas, seja por uso, tráfico ou outro ilícito tipificado. Logo, isso não

comprova algumas pesquisas que apontam que nos grupos submetidos ao PROERD o índice de envolvimento com a criminalidade e principalmente a afastabilidade do “mundo das drogas” representa um mito neste caso não comprovado. Na tabela 16, somente no grupo PROERD foi observada a prática de ato infracional antes dos 12 anos, o que não foi verificado no grupo controle. A própria reincidência somente entra em declínio no grupo controle onde atinge o marco zero observando-se inclusive a própria ausência de registros. Talvez possa ser abstraído que além da própria questão da proximidade da Polícia Militar no interior da escola possa ter contribuído para esta queda ou mesmo, no caso do segundo grupo PROERD observado, poderia falar do impacto da mudança curricular do Programa.

Vale destacar ainda que na Escola Estadual Aarão Reis é aplicado apenas o Currículo do PROERD para Crianças que é destinado a alunos na faixa etária dos 10 anos do 5º ano do ensino fundamental. Ou seja, apenas um, dos seis currículos previstos é aplicado, sendo que o educandário, por sua estrutura que se destina a todos os anos do Ensino Fundamental comportaria três deles. Levantamentos de dados desta natureza contribuiriam, portanto, não apenas para analisar a eficiência do Programa como também a melhor adequação para sua aplicação dentro de seu Portifólio curricular disponível. Em caso de novas implantações ou possível contingenciamento poderia ser feita uma opção por um currículo que melhor se adequasse às particularidades de cada escola.

Melhores conclusões poderiam ser extraídas se outras variáveis tivessem sido incluídas e principalmente houvesse sido avaliado um número maior de educandários o que não obsta que esta pesquisa seja revisada, replicada e ampliada, permitindo outras conclusões e análises mais complexas que pudessem inclusive combinar a análise quantitativa com a qualitativa, buscando entender a lacuna de falibilidade do Programa permitindo sua revisão e aprimoramento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo trazer uma análise menos subjetiva do PROERD e que possibilitasse o acompanhamento do ex-aluno até a idade adulta a fim de verificar a sua resistência não apenas às drogas, mas também à prática de atos ilícitos.

Como visto ao longo desta monografia a questão da delinquência juvenil tem desencadeado análises científicas das mais diversas magnitudes a fim de que seja detectado um método preventivo eficiente. A análise de dados nos permitiu verificar que a questão é realmente preocupante e que o ingresso na carreira criminosa deve ser avaliado e mecanismos devem ser adotados para freiar este fenômeno.

Foi possível identificar diferentes estudos que buscam a análise do PROERD e este interesse nasce exatamente por se tratar de um Programa desenvolvido para ser aplicado não somente em uma fase da vida do jovem, mas diluído no tempo a fim de introduzir e reforçar valores, já que existem pessoas que acreditam que sua ligação é exclusiva à questão de drogas quando em verdade visa à prevenção de todo e qualquer ato de violência a partir da adoção de condutas que afastem a escolha pelo delito.

Assim é possível que esta investigação seja estendida para o Estado ou mesmo para o todo o país e quiçá internacionalmente, lembrando apenas que regiões que não disponibilizam de um sistema informatizado do controle de registro de ocorrências policiais, como o REDS em Minas Gerais, tal acompanhamento poderia se tornar complicado ou mesmo inviável, passando a representar uma prioridade a ser resolvida antes mesmo daquela.

Pesquisas desta natureza também contribuem para que as ações governamentais não sejam embasadas em senso comum ou que sejam impulsionadas pela simpatia ou não por uma política pública, mas que esta seja adotada segundo sua necessidade e grau de eficiência, levando-se em consideração todos os fatores de sua implantação.

Assim de maneira abrangente procuramos apresentar aspectos sociológicos e de prevenção antes de iniciarmos a análise do Programa em sua essência o qual foi observada em várias de suas dimensões como a histórica, territorial e estrutural. Sendo observado também não apenas fatores que justificassem sua existência, mas pontos de criticidade.

Diante do corte realizado o questionamento referente à suficiência do Programa como medida para manter crianças e adolescentes afastadas da criminalidade segue sendo uma pergunta sem resposta objetiva. Mas neste estudo de caso foi possível fazer observações importantes e preocupantes como a descontinuidade da execução do Programa e a reincidência que apontam para uma possível existência de carreira criminosa.

Tomando por base as pesquisas já realizadas do Programa, que através de questionários ou outros mecanismos o analisaram longitudinalmente em diversas localidades, bem como a observação realizada neste trabalho, podemos abstrair que o PROERD não alcança atingir os objetivos aos quais se propõe, ainda que represente um instrumento de aproximação entre crianças/adolescentes e as instituições policiais de forma subjetiva.

Vale ressaltar que devem ser adotados mecanismos que favoreçam mais a pesquisa, bem como o acesso de dados, já que Programas como o PROERD necessitam ser avaliados em análises longitudinais e a adoção de critérios rigorosos como os expostos na Lei de Acesso a Informação, por exemplo, inviabilizariam completamente este estudo, já que de nada adiantariam se preservadas as informações referentes a estes alunos por 100 anos fazendo com que esta verificação tivesse apenas cunho histórico e de nada influenciaria os processos decisórios atuais. Verificamos que há ainda no Brasil certo receio de pesquisas avaliativas, diferente do que vislumbramos em países como Estados Unidos em que estas são realizadas e efetivamente contribuem para mudanças reais. Dada as particularidades de cada localidade não é possível apenas se exportarem estes resultados, há a necessidade de que eles sejam avaliados, confrontados e adequados segundo a realidade na qual se inserem. Embora pesquisas brasileiras apontem desde 2007 investigações que levam em consideração o cruzamento de dados, demonstrando sua validade, não se verifica a presença de nenhum banco de dados consolidado referente à temática. Embora passados quase 10 anos que foi demonstrando serem viáveis os estudos, o PROERD segue sendo aplicado empiricamente ou mediante a adoção de análises de caráter essencialmente subjetivas. Para que isso seja mudado seria necessário agregar em documento regulamentador tal prática a fim de que parâmetros fossem estabelecidos, bem como sua regularidade e critérios de acesso ou até mesmo a vinculação deste processo avaliativo a uma instituição universitária como é feito nos moldes dos EUA.

Apesar de necessitar de estudos mais avançados não podemos desconsiderar que qualquer interferência de cunho educacional tem uma boa aceitabilidade e que a presença da Polícia Militar no interior das escolas desenvolvido em suas mais diversas categorias, tem atingido um bom grau de aceitabilidade e favorece a aproximação da Instituição com a comunidade, criando e reforçando laços de cidadania e aumentando a sensação de segurança. Embora diuturnamente reproduzida a sabedoria do filósofo Pitágoras *“Educai as crianças e não será preciso punir os homens”* esta não pode ser a única a guiar os caminhos da Administração Pública que necessita se pautar em evidências para que com probidade alcance o equilíbrio consciente dos interesses sociais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mônica Viegas; PEIXOTO, Betânia Totino. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

ANTUNES, Gleisa Calixto. **A percepção de estudantes e da comunidade escolar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) em Minas Gerais**. 2002. 83p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2012.

ARAÚJO, Francisco Gonçalves. **A análise da atuação do instrutor do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e seus reflexos na melhoria do ambiente estudantil**. 2008. 81p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

BARRETO, Jane de Oliveira. **PROERD: análise crítica de seus resultados na cidade de Pouso Alegre**. 2005. 129p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

BEATO FILHO, Cláudio. Crime e políticas sociais. In: **ILANUD. Das políticas de segurança pública Às políticas públicas de segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002.

BENAVENTE, Renata. **Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. Análise Psicológica**. (2002), 4(xx): 637-645. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v20n4/v20n4a08.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2016.

BIRKBECK, Christopher H. El significado de la adolescência para la criminología. In: ARÚS, Francisco Bueno; DALBORA, José Luis Guzmán; MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Derecho penal y criminología como fundamento de la política criminal: estudios en homenaje al profesor Alfonso Serrano Gómez**. España: Dykinson, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LDB**. Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de Criminologia**. 7. ed. Atualizada. Niteroi: Impetus, 2012.

CAMAROTTI, Ana Clara; DI LEO, Pablo Francisco. **“Quiero escribir mi historia”**: vidas de jóvenes en barrios populares. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2013.

CARVALHO, A. F. N. **Análise dos factores que levam os jovens a delinquir**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2011.

CLAYTON, CATTARELO E JOHNSTORE (1996) CLAYTON, R. A.; CATTARELLO, A. M.; JOHNSTONE, B. M. **The effectiveness of Drug Abuse Resistance Education (Project**

DARE): 5-year follow-up results. *Preventive Medicine*, 1996, 25, 307-318.

DUARTE, Haroldo Pereira. **Educação formal e prevenção da criminalidade: uma análise do caso brasileiro**. 2010. 44p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

FARRINGTON, David P. et al. **Criminal careers up to age 50 and life success up to age 48: new findings from the Cambridge Study in Delinquent Development**. London, UK: Home Office, 2006.

FERNANDES, Leandro Alex Missagia. **Política pública de prevenção primária à drogadição nas escolas municipais de Novo Hamburgo: PROERD**, 2015, 61p. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo, 2015.

FERNANDES, M. M. **Drogas e criminalidade urbana**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.memorycmj.com.br/cnep/palestras/marcio_mothe_03.pdf>. Acesso em: 05 set. 2007.

FREITAS, Selma Alves da Fonseca e. **A avaliação da gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) nas Unidades da 11ª Região de Polícia Militar**. 2009. 110p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

GARCIA, M. Factores de riesgo y protección de la conducta antisocial en adolescentes. **Revista de psiquiatria de la Facultad de Medicina de Barcelona**, Madrid, v. 31, n. 1, p. 21-37, 2004.

GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; SILVA, Adilson Gonçalves. **Pesquisas sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)**. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, Marília*, ed. 06, n. 06, p.102-114, Dez. 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Traduzido por Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HERRERA, V.; MCCLOSKEY, L. Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. **Child abuse & neglect**, 2001;25(8):1037–1051.

JÚNIOR, Aloisio Vargas. **Análise da gestão do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD: a importância da melhoria contínua em seus processos**. 2010. 103p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia de Polícia Militar. Belo Horizonte. 2010.

KYVSGAARD, B. **The criminal career: the Danish longitudinal study**. United Kingdom: Cambridge, 2002.

LOURDES, Maria de Fátima Rufino Figueiró. **Programa Educacional de Resistência às Drogas: a construção de uma proposta de modelo avaliativo na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2013. 77p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

LYNAM, Donald R. et al. **Project DARE: no effects at 10-year follow-up.** Journal of Consulting and Clinical Psychology, Kentucky, vol. 67, n. 4, p. 590-593. 1999.

MANGHAM, Colin. **The effectiveness, appropriateness and fit of DARE in Canadian schools: responding to criticisms about the Program.** Oct. 2006. Disponível em: <<http://www.dareontario.ca/index.php/resources/30-the-community/27-dare-canada-resources>>. Acesso em 15 abr. 2016.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; SILVA, Eraldo Teixeira. **Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá.** Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 149-164, jan./jun. 2013.

MELO, Silas Tiago Oliveira. **Revisão histórica do Programa Educacional de Resistência às Drogas: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/02032016131737682.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2016.

MIRANDA, Joviano Campos. **Análise do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) como estratégia preventiva na diminuição dos índices de criminalidade.** 2013. 103p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MORAIS, Vanessa Chaves de Jesus de. **Acción educativa de la Policia Militar en las escuelas de Belo Horizonte.** Edições Superiores: Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, Flaviane da Costa et al. **Avaliando o PROERD: desafios e possibilidades.** 2008. Disponível em: < <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC17.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2016. P. 03.

PEREIRA, Roseane Rodrigues Martins. **O Curso de Formação de Instrutores do PROERD como aperfeiçoamento da profissionalização dos policiais militares de Santa Catarina.** 2009. Monografia (Especialização em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, São José, 2009.

PMERJ. **O que é o PROERD?** Disponível em: <<http://proerdpmerj.com.br/o-que-e-o-proerd/>>. Acesso em: 22 fev.2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Diretriz de Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010** – CG. Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte: Seção de Planejamento do emprego Operacional – EMPM3, 2010.

ProCon.org. **D.A.R.E. ProCon.org.** Disponível em: < <http://dare.procon.org/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

RANNA, Wagner. **Violência no corpo – violência na mente.** In: LEVISKY, David Léo. **Adolescência pelos caminhos da violência.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SÁ, A. L. C. As Medidas Socioeducativas do ECA e a reincidência da delinquência juvenil. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 07 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=1055.24348&seo=1>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SANTOS, F. M. **A atuação policial militar nas escolas da cidade de Teófilo Otoni/MG – 2008 a 2009**. 2010. 84 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Minas Gerais, 2010.

SHAW, Clifford R.; McKAY, Henry D. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. 2ª ed. The University of Chicago Press: Chicago, 1972.

SHERMAN, Lawrence W.; et all. **Preventing crime: what works, what doesn't, what's promising**. Washington, DC; National Institute Of Justice. 1997. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/works/>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SILVA, Marcos Antônio. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) – análise de resultados na cidade de Três Corações/MG**. 2007. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Adilson Gomes da et al. **O uso da redação como método de avaliação no Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência (PROERD)**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança. n. 2. 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1085/973>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

SILVA, Jailson de Souza e (Coord). **Caminhada de crianças e adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006**. Observatório de favelas: Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, José Deon. **Análise do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) na cidade de Lavras**. 2013. 127p. Trabalho de Conclusão de Curso – Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SILVEIRA, Andréa Maria; PEIXOTO, Betânia Totino. **Manual de avaliação de programas de prevenção da violência**. Organização Pan-Americana da Saúde; Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

SOARES, Ticiano de Lima. **5º ano do ensino fundamental: PROERD à luz de Piaget e Vygotsky**. 2012, 50p. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário de João Pessoa. João Pessoa, 2012.

VARISCO, Patrícia Alcade. **Medidas alternativas para crianças e adolescentes autores de ato infracional: uma análise do Sistema Americano e sua eficácia prática**. Revista da Graduação PUCRS, Porto Alegre, v. 06, n. 1, jun.2012.